



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 133

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 18 DE OUTUBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS Presidente - Democratas		
ANTONIO ANIBELLI 1º Vice-Presidente - PMDB	AUGUSTINHO ZUCCHI 2º Vice-Presidente - PDT	FELIPE LUCAS 3º Vice-Presidente - PPS
ALEXANDRE CURI 1º Secretário - PMDB	LUCIANA RAFAGNIN 2ª Secretária - PT	LUIZ ACCORSI 3º Secretário - PSDB
CIDA BORGHETTI 4ª Secretária - PP	CHICO NOROESTE 5º Secretário - PR	
ABIB MIGUEL Diretor Geral		

Lideranças

Líder do Governo	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PMDB	Waldyr Pugliesi
PSDB	Ademar Traiano
Democratas	Plauto Miró
PT	Elton Welter
PP	Duílio Genari
PDT	Luiz Carlos Martins
PTB	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN	Dr. Batista
Bloco PSB/PR/PRB/PV	Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 133

120ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Ofícios 03

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 05

Projetos de Decreto Legislativo 05

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 08

Dep. Antonio Belinati 09

Dep. Luiz Eduardo Cheida 10

Dep. Péricles de Mello 11

Dep. Douglas Fabrício 12

Grande Expediente:

- Homenagem ao Núcleo Regional da Área Norte

Proponente

Dep. Beti Pavin 13

Realização da Homenagem 14

Orador

Sr. Sérgio Stacheski

Chefe do Núcleo Regional 14

- Conselho Estadual de Segurança Alimentar

Dra. Sílvia do Amaral Rigon

Presidente do Conselho 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 17

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 18

Liderança do PSDB

Dep. Luiz Malucelli 19

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 19

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

Redação Final 22

3ª Discussão 22

2ª Discussão 23

1ª Discussão 23

Requerimentos 24

Encerramento da Sessão 25

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias 25

Errata:

Republicação - Portaria 191/07 26

DIÁRIO Nº 133

120ª SESSÃO ORDINÁRIA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE OUTUBRO DE 2007**

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Alexandre Curi e Professor Luizão.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Antonio Belinati, Beti Pavin, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Duílio

Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Welter, Jocelito Canto, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Malucelli, Marcelo Rangel, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (28).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Caíto Quintana, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio e Reni Pereira (18).

Ausentes com justificativas A Sra. Deputada Luciana Rafagnin, os Srs. Deputados: Edgar Bueno, Fábio Camargo, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Tadeu Veneri e Teruo Kato (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 338 e 339/07 do Sr. Orlando Pessuti, Governador do Estado em exercício, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

572/07: de autoria da Deputada Cida Borghetti que, concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Joel Malucelli, o qual convertido em Lei tomou o nº 15661. **Anote-se. Arquite-se.**

441/07: de autoria do Deputado Luiz Accorsi que, concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Dra. Elisabeth Kather, o qual convertido em Lei tomou o nº 15662. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº AL000676/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação, junto ao Programa PNATE. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL000720/07 do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros para a Secretaria de Estado da Educação, junto ao Programa PNAC - PNAE Creche. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 326/07

SÚMULA:

Solicita ao Secretário de Estado da Segurança Pública reforços para a segurança pública nos bairros maringenses.

Sr. Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando do mesmo reforço na segurança pública dos bairros Cidade Alta e Tarumã, no município de Maringá.

Trata-se de reivindicação dos moradores da referida região maringense, haja vista o tráfico de drogas que opera livremente, sob o olhar impotente da população.

Recentemente o SBT, através do apresentador Oséias Miranda, do programa Aqui Agora, denunciou o problema, depois de ter o carro atingido por um tiro enquanto estava na casa da sogra, que reside na localidade.

Sala das Sessões, em 18.10.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3078

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja registrada a justificativa de ausência do Deputado Tadeu Veneri na Sessão Plenária do dia de hoje, por encontrar-se participando de reunião do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, como Conselheiro, representando esta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.10.07.

(a) ELTON WELTER

REQUERIMENTO Nº 3080

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER o envio de Moção ao Presidente da Câmara dos Deputados contra o Projeto de Lei nº 6424/05 de autoria do Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), que altera o Código Florestal e demais projetos de leis apensados, em especial o PL nº 207/07 de

autoria do Deputado Wandenloik Gonçalves (PSDB/PA) e o PL 840/06 do ex-Deputado José Thomaz Nono (Partido Democratas/AL).

Sala das Sessões, em 18.10.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei acima citado altera o Código Florestal, permitindo a recomposição da reserva legal com o plantio de palmáceas em áreas alternadas pelo desmatamento na Amazônia, o que ajudará a degradação do meio ambiente, visto que a palmácea pretendida é um espécie exótica. Ademais, os dois outros projetos de lei pretendidos, e apensados, reduzem drasticamente a cobertura vegetal nativa, contrariando a tendência mundial de estabilização do clima e combate ao efeito estufa.

REQUERIMENTO Nº 3077

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Assessor Parlamentar da Liderança do Partido dos Trabalhadores, Antônio Claret Gualberto, ocorrido no dia de ontem, 17 de outubro.

Sala das Sessões, em 18.10.07.

(a) ELTON WELTER

Apoiamento:

Luiz Claudio Romanelli

JUSTIFICATIVA:

É com extremo pesar que a Liderança do PT lamenta o falecimento do assessor parlamentar Antonio Clarete Gualberto, ocorrido ontem, dia 17 de outubro.

Filho de pequenos agricultores de Siqueira Campos, formado em filosofia, Clarete, 44 anos, era separado e pai de uma jovem universitária. Trabalhava na Assembléia Legislativa desde 1992, quando foi nomeado coordenador Político da Liderança do PT. Na juventude estudou no seminário dos Freis Capuchinhos na Mercês, em Curitiba. Trabalhou na TELEPAR, no banco BAMERINDUS, foi agente da Comissão Pastoral da Terra, assessor político da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Desde 1996 era o assessor técnico de orçamento e políticas públicas da Bancada do PT. Elaborou o planejamento participativo do PT para as eleições municipais de 2006.

Militante ativo do Partido dos Trabalhadores, membro do diretório estadual, Clarete foi secretário agrário da legenda e tesoureiro do diretório municipal de Curitiba.

Com vasta experiência em campanhas eleitorais Clarete assessorou a Jorge Samek ao Governo Estadual e Pedro Tonelli ao Senado Federal em 1994; Nedson Micheletti ao Senado Federal em 1998; Angelo Vanhoni em 1996 e 2000 à Prefeitura de Curitiba; Padre Roque Zimmermann ao Governo Estadual, Edésio Passos e Flávio Arns ao Senado Federal em 2002 e o Deputado Estadual Professor Luizão à Prefeitura de Pinhais em 2004.

Lamentamos profundamente o ocorrido e oferecemos aos familiares nossas condolências, bem como, nossos mais estimados préstimos, requerendo, seja enviado este voto de pesar a sua filha, Caroline Gualberto, no endereço a ser entregue posteriormente.

REQUERIMENTO Nº 3076

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao escritor curitibano Dalton Trevisan, pela conquista do 2º lugar na 5ª edição do Prêmio Portugal Telecom de literatura.

Sala das Sessões, em 18.10.07.

(a) VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

O voto de louvor e congratulações proposto, vem fazer justiça ao ilustre escritor curitibano Dalton Trevisan. O famoso “Vampiro de Curitiba” foi agraciado no último dia 17 de outubro com a conquista do 2º lugar no Prêmio Portugal/TELECOM de Literatura pelo livro “Macho não ganha flor”.

Alguns dos textos contidos no livro premiado foram publicados em primeira mão pela Revista Idéias, publicação regional da Travessa dos Editores. Dalton Trevisan, que não concede entrevistas por achar que seus textos exprimem em sua totalidade seus pensamentos, é tido como um dos maiores contistas brasileiros da atualidade.

REQUERIMENTO Nº 3073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam fornecidos as seguintes informações e documentos, relativos à reunião da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações desta Casa, que convocou o Diretor-Presidente do IBPQ, Sr. Carlos Artur Kruger Passos, para explicar denúncias da Revista IstoÉ.

- Data, horário e local em que ocorreu a referida reunião;

- Se foram cumpridas todas as formalidades do artigo 50 do Regimento Interno desta Casa;

- O que foi deliberado;

- Fornecer cópia da ata da reunião.

Sala das Sessões, em 18.10.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 3075

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações para a Secretaria de Estado de Segurança Pública, para esclarecer a seguinte questão:

1) Quais foram os investimentos e repasses de recursos financeiros destinados para o IML de Ponta Grossa, nos últimos 2 anos?

Sala das Sessões, em 18.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

Projeto de Lei

PROJETO DE LEI Nº 743/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a destinar 2% (dois por cento) do total de oferta de moradia do Programa Casa da Família, para pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes, assegurado o direito preferencial de escolha.

Art. 2º Caberá à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, formulação de diretrizes para viabilizar a plena execução desta lei.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.10.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O referido projeto de lei busca disponibilizar 2% sobre o percentual da oferta de moradia do Programa Casa da Família, às pessoas portadoras de necessidades especiais, comprovadamente carentes.

Todos têm o direito a um lugar adequado para viver. Isto significa que todas as pessoas têm o direito humano a uma moradia segura e confortável, localizada em um ambiente saudável que promova a qualidade de vida dos moradores e da comunidade.

É um dos direitos sociais assegurado constitucionalmente, no artigo 6º, é fundamental. Entretanto, 6,5 milhões de brasileiros não têm acesso a uma moradia digna.

Essa proposta tem como objetivo garantir a essas pessoas o acesso a sua residência de forma digna, sem ter que submeter-se a dificuldades e constrangimentos.

Desta forma esperamos o devido apoio e a consequente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

Projeto de Decreto Legislativo

PROJETO DE DECRETO

LEGISLATIVO Nº 002/07

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Determina que a Universidade do Centro Oeste (Unicentro), e a Universidade Estadual de Ponta

Grossa (UEPG), procedam o registro dos diplomas expedidos pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALI, que atestam a conclusão do Programa de Capacitação Especial para Docência, na modalidade semipresencial, e conferem licenciatura especial para educação infantil e quatro séries iniciais do ensino fundamental.

Art. 2º Este Decreto Legislativo se restringe ao registro de diplomas expedidos para alunos concluintes do referido programa, que atenderam os pressupostos de ingresso, portanto, somente os profissionais da área da educação, que ao se inscreverem no programa já dispunham de ensino médio completo e se encontravam devidamente em exercício do magistério, em instituições de ensino particulares ou públicas, e que apresentaram os respectivos documentos comprobatórios.

Art. 3º Para fins de registro de diplomas, os concluintes do programa especial de capacitação, devem apresentar documentos que comprovem o vínculo empregatício, anterior à data da matrícula, em instituição regular de ensino, constando nos mesmos o exercício de atividades docente.

§ 1º São considerados como documentos:

a) contrato de trabalho;

b) carteira de trabalho;

c) ato de nomeação ou documento de posse;

d) comprovante oficial de pagamento do mês da matrícula, constando o função exercida. Além disso, documento oficial em que conste a relação sumária das atividades exercidas.

§ 2º A apresentação de documentos que comprovem a escolaridade exigida de nível médio:

a) diploma de curso normal;

b) certificado de conclusão de nível médio ou equivalente;

c) Certificado de Conclusão de Nível Médio ou equivalente;

Art. 4º As Universidades Unicentro e a UEPG, deverão estabelecer convênio com a VIZIVALI, a fim de que sejam tomados os devidos procedimentos necessários para o registro dos diplomas dos alunos que se encontram regulares, conforme artigo 2º.

Art. 5º Revoga-se qualquer disposição contrária a este Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em 18.10.07.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

Faço uso deste Projeto Decreto Legislativo para determinar que os diplomas do Programa de Capacitação Especial para Docência, em Serviço, na modalidade semipresencial, realizado pela Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALI, sejam registrados pelas universidades supracitadas.

Os fundamentos da oferta do Programa Especial de Capacitação em Serviço estão norteados sobre os seguintes pressupostos legais.

A Constituição Federal de 1988 (artigos 206, V e VII, 211, parágrafo 1º, 214, III), quando estabelece que a formação e qualificação dos profissionais do magistério implicam o aperfeiçoamento dos agentes da educação.

A Lei nº 9394 que determina as Diretrizes de Base da Educação, no seu artigo 87, institui a Década da Educação, a iniciar-se um ano da publicação da LDB.

(...)

§ 3º Cada município e, supletivamente, o estado e a união, deverá:

(...)

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos à distância;

(...)

§ 4º Até o fim da Década da Educação (31 de dezembro de 2007), somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço.

Na Lei nº 10172/01 - aprovou o Plano Nacional de Educação.

O referido Plano, quando trata no Capítulo VI sobre o Magistério da Educação Básica, traça, no item 10.3 os objetivos e metas na questão da Formação dos Professores e Valorização do Magistério, destacando-se assim:

10. Onde ainda não existam condições para a formação em nível superior de todos os profissionais necessários para o atendimento das necessidades do ensino, estabelecer cursos de nível médio, em instituições específicas, que observem os princípios definidos na diretriz 1 e preparem pessoal qualificado para a educação infantil, para a educação de jovens e adultos e para as séries iniciais do ensino fundamental, prevendo a continuidade dos estudos desses profissionais em nível superior.

(...)

12. Ampliar a partir da colaboração da união, dos estados e dos municípios, os programas de formação em serviço que assegurem a todos os professores a possibilidade de adquirir a qualificação mínima pela Lei de Diretrizes de bases da Educação Nacional, observando as diretrizes e os parâmetros curriculares.

13. Desenvolver programas de educação a distância que possam ser utilizados também em cursos semi-presenciais modulares, de forma a tornar possível a meta anterior.

Com base nos dispositivos legais acima citados, o Conselho Estadual de Educação do Paraná elaborou e aprovou, por unanimidade, a Deliberação 04/02, instituindo o Programa Especial de Capacitação para Docência nos anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Também é importante registrar que a decisão do CEE/PR em aprovar a Deliberação, além de toda a orien-

tação e o embasamento legal citados, teve como apoio o Parecer CNE/CES nº 4/97.

Para garantir o caráter emergencial é conveniente que a proposta se oriente para a proposição de programas, em lugar de cursos, como é facultado pela LDB, cuja duração ficará assim naturalmente delimitada, evitando o risco de perenização de soluções que podem parecer apropriadas para um determinado tempo e lugar, mas podem se tornar obsoletas com a evolução da situação local. Neste sentido é muito importante que os sistemas de ensino assegurem o levantamento exato das condições locais, em termos de escolas e professores, em cada disciplina, com dados estatísticos confiáveis, para que se criem programas de qualidade indiscutível, visando o atendimento das necessidades reais. (...) As instituições que passarem a oferecer o novo programa deverão acompanhar cuidadosamente o seu desenvolvimento com avaliação detalhada e documentada, de modo a permitir sua verificação pelo órgão encarregado de sua supervisão sempre que necessário. Após três anos de experiência cada programa será avaliado, através de documentação pertinente, enviada ao Conselho de Educação competente, que dará seu parecer sobre a continuidade ou não do referido programa.

Os sistemas de ensino, quanto à organização e competência, estão previstos na LDB, conforme artigos 8º, 9º e 10, estabelecendo, primordialmente, a liberdade dessa organização e dessa competência:

Art. 8º A união, os estados, o distrito federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta lei.

Quanto à incumbência do Sistema Federal, o inciso IX do artigo 9º da mesma LDB, assim dispõe:

Art. 9º A união incumbir-se-á de:

(...)

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

Quanto à incumbência dos sistemas estaduais de ensino, o inciso IV do artigo 10, assim dispõe:

Art. 10. Os estados incumbir-se-ão de:

(...)

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos...

As deliberações aprovadas pelo CEE/PR ingressaram no ordenamento jurídico daquele estado após a publicação em Diário Oficial, consequência da homologação dos Srs. Secretários de Estado da Educação Básica e do Ensino Superior. Portanto, ao aprovar a Deliberação nº 4/2002 e esta ser publicada, o estado do Paraná, através do órgão normativo do Sistema Estadual de Ensino - Conselho Estadual de Educação, e de seus órgãos executivos, Secretaria de Estado da Educação Básica e Ensino

Superior, passam a ser administrativamente responsáveis pela execução e acompanhamento de suas normas.

A Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu - VIZIVALI, criada pela Lei Municipal nº 896/99 e autorizada pelo Decreto Estadual nº 1704/99 solicitou, pelo Ofício nº 44/02, encaminhado, ao Conselho de Educação do Paraná, a solicitação de autorização para Programa de Capacitação para Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, para o desenvolvimento da presente proposta, foi estabelecido um convênio firmados com a União dos Dirigentes Municipais de Educação do Paraná e Instituto de Estudos Sociais e Desenvolvimento Educacional, sendo que o IESDE entra nesta parceria com o objetivo de gerar condições necessárias em tecnologia de comunicação e informação, tais como: condição de produção de materiais, da existência de recursos tecnológicos compatíveis, equipe técnica de reconhecida capacidade. Podendo assim se classificar enquanto curso semipresencial.

O Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná regulamentou a formação de docentes, no nível superior, para os anos iniciais do ensino fundamental e suas modalidades e para educação infantil, em licenciatura, de graduação plena, bem como em programas especiais de capacitação.

Pelo Parecer nº 1182/02 e Portaria nº 93 de 05 de dezembro de 2002 foi fornecida a autorização a instituição solicitante para o funcionamento do Programa, e em 01 de dezembro de 2004 foi prorrogada com renovação dada através do Parecer nº 634/04 e Portaria 59/04 ambas do CEE/PR.

O público alvo para as matrículas segue o que diz a LDB e o Plano Nacional de Educação, ou seja os profissionais da área da Educação, com ensino médio completo em exercício em instituições de ensino particulares ou públicas. Que apresentassem os respectivos documentos comprobatórios. Conforme a Deliberação 004/02 do CEE/PR.

Os cursistas com aproveitamento e matriculados regularmente, devem receber diploma de licenciatura com habilitação para atuar na educação infantil e/ou para docência em séries iniciais do ensino fundamental, DEL 04/02.

No artigo 5º da Deliberação nº 02/04 do Conselho Estadual de Educação delibera sobre as necessidades e características do Programa. Que haja:

- a) estreita relação entre teoria e prática.
- b) carga mínima de 2.800 (duas mil e oitocentas horas), sendo 400 (horas) de prática pedagógicas e 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, distribuído ao mesmo em 24 (vinte e quatro) meses.
- c) Pelo menos 40% (quarenta por cento) da carga horária destinada às disciplinas deverá, obrigatoriamente, ser oferecida sob a forma de atividades presenciais, com registro de frequência;
- d) O tutor, ou professor-orientador deve ser graduado em Pedagogia ou de Licenciatura de disciplina que componha a matriz curricular do programa.

No artigo 6º o CEE/PR delibera sobre a instituição proponente e sobre o projeto pedagógico contendo:

- a) identificação da instituição e das instituições parceiras e o convênio existente sobre ambas;
- b) características gerais do programa;
- c) princípios norteadores do projeto pedagógico;
- d) componente curriculares;
- e) recursos humanos e materiais;

No artigo 10º trata da análise do projeto pedagógico que deverá levar em conta:

- a) as Diretrizes Nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior;
- b) as Diretrizes Nacionais para Educação Infantil;
- c) as Diretrizes para o Ensino Fundamental.

No Paraná cerca de 45.000 alunos de 280 municípios procuraram a VIZIVALI, a fim de responder o que solicita a LDB e o Plano de Educação, pessoas de boa fé querendo progredir em seus estudos.

Os alunos que buscaram a instituição se apresentavam com o seguinte perfil:

- a) alunos que preencheram os requisitos para a matrícula: tanto de escolaridade como da condição de professor em exercício (comprovação de vínculo de emprego);
- b) alunos com comprovação de escolaridade e tão somente declarações de que atuam como voluntários e estagiários em auxílio de regência de classe;
- c) alunos sem quaisquer documentos que comprovassem escolaridade assim como a condição de professores em exercício;
- d) alunos com vínculo empregatício em estabelecimento de ensino fora do estado do Paraná.

Somente os alunos que se encontram na letra "A", ou ensino médio concluído e na condição de professor em exercício, no momento de ingresso. São os que efetivamente têm direito, quanto aos outros cursistas com perfis diferentes, o ministério público propôs uma ação de indenização em setembro de 2007, para que sejam restituídos os valores que foram pagos a instituição.

O desafio de capacitar os docentes que já se encontravam em salas de aula, possibilitando com que os mesmos atingissem as metas da LDB e do Plano Nacional, foi e é sem dúvida um enorme desafio, basta dizer a quantidade de docentes em exercício que procuraram este programa, inicialmente cerca de 45 mil pessoas procuraram a Faculdade VIZIVALI, porém somente cerca de 10 mil é que se apresentavam em situação regular, conforme a deliberação 04/2002.

A Faculdade VIZIVALI, realizou uma parceria com IESDE, para atender cerca de 280 cidades em sistema semipresencial, com carga horária de 2.890 (duas mil e oitocentas e noventa horas), 840 (oitocentas) horas presenciais, com a presença de um professor tutor licenciado em pedagogia ou licenciado com especialização *latus sensus* - onde tiveram aulas com vídeos aulas e vídeo conferências e mais 400h (quatrocentas) em prática pedagógicas e 400h (quatrocentas) de estágio supervisio-

nado além de 1250h com atividades individuais, distribuídas em 27 (vinte e sete) meses letivos;

Uma vez que o programa foi normatizado pela Deliberação 004/02 e autorizado e renovada a autorização de funcionamento do CEE/PR, e por ser a VIZIVALI, uma Faculdade pertencente ao Sistema Estadual de Educação o registro dos diplomas devem ser realizados por uma instituição de Ensino Superior, por isso ficam autorizadas as UNICENTRO e a UEPG, a emitirem o registro dos diplomas.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, passamos a palavra ao Deputado Jocelito Canto. Antes porém, no Grande Expediente teremos uma homenagem ao Núlceo da Região da Área Noerte, proferida pela Deputada Beti Pavin.

Sejam bem-vindos portanto os alunos e professores, as professoras e educadores. Aproveitamos para render as nossas homenagens à Deputada Beti Pavin, que em boa hora presta essa justa homenagem.

Passo a palavra ao Deputado Jocelito Canto, no Pequenos Expediente.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores convidados.

Primeiro para registrar com alegria aqui que o Ministro da Saúde está no Paraná e ontem a noite tivemos a felicidade de conversar com o Ministro. Ele vem hoje ao Paraná para anunciar um aumento de 14% nos procedimentos da saúde nos 3 estados do sul. Hoje temos aqui uma reunião do CODESUL, onde está a Governadora do Rio Grande do Sul, Ieda Crucius; o Governador de Santa Catarina que também está presente nessa reunião e também o Governo do Estado do Paraná.

É aquela conta que qualquer estudante pode fazer aqui: se não tínhamos nada e passamos a ter 14% a mais é o aumento que vem para ajudar a saúde e conseqüentemente melhorar, como em alguns casos está melhorando.

O Ministro gravou uma entrevista comigo ontem, no rádio. Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que estava lá, sabe que não perco minhas origens. Quem nasce radialista não muda, porque virou Deputado não deixa de ser radialista, continuo com muito orgulho sendo radialista. Até queria responder ao Deputado Elio Rusch, que ontem no final da Sessão aqui fez alguns comentários, mas não o vejo aqui e como não sou desleal vou deixar para responder ao Deputado Elio Rusch quando ele estiver no plenário.

Acho que é bom o debate cara a cara, olho no olho, e hoje vou deixar de falar do comentário proferido pelo nosso querido Elio Rusch, que estava nervoso ontem, querendo explicar aquela votação fantasma que fizeram

aqui. Uma votação fantasma, aliás os fantasmas andam rondando a Assembléia e ontem teve uma comissão que fez uma reunião fantasma que não teve. Está nos jornais hoje, uma reunião na “perna”, que se fala, e que os estudantes não aprendam a fazer isso. Tem que fazer tudo de acordo com a lei. Aqui é uma Casa de Leis, quando se tem uma comissão aqui se deve seguir os trâmites legais. Estou protocolando hoje, depois do horário dos requerimentos, um requerimento pedindo informações sobre a questão dessa reunião, como foi concebida, como foi feita para tirarmos as dúvidas.

Não quero dizer que sou a favor da convocação desse cidadão que vem explicar a esta Casa. Sou a favor que, se há algo que não está certo, venha ser explicado. É importante vir explicar! Então, sou a favor que esse cidadão venha aqui explicar aos Srs. Deputados o que ele denunciou. Acho importante isso e sou favorável, e se passar pelo Plenário terá o meu voto favorável para que venha prestar contas a esta Casa. Não sou contra a presença do cidadão aqui, não, mas só acho que devemos cumprir as formalidades, porque senão daqui a pouco vamos estar fazendo algo que não tem mais graça e fiquei sentido em ver aqui esse Deputado que aprendi a respeitar, Deputado que aprendi a conviver aqui, o Deputado Elton Welter, de origem simples e humilde, que vem lá de Toledo, um homem que não tem sacanagem nenhuma na sua trajetória, uma vida de trabalho, um homem que luta pela sua terra, fiquei triste ao vê-lo aqui dizer, que assinou algo na confiança e que não era bem aquilo que tinha assinado. E alguém diz: “Poxa, mas um Deputado fazer isso!” É o excesso de confiança que se tem em algumas pessoas e que quando temos confiança, até assinamos.

Vi ontem aqui o Deputado Rossoni falando que apoiamentos são feitos no plenário. Claro, isso pode! Apoioamento pode ser feito a qualquer momento em um projeto no plenário, mas o que não pode ser feito em plenário é uma reunião e inclusive o Regimento da Casa determina que as reuniões têm que ser procedidas de alguns quesitos e que têm local próprio para isso.

Por isso, Sr. Presidente, estou requerendo hoje algumas informações e quero dizer, para que ninguém faça discurso e fale: “Olha, querem fazer uma cortina de fumaça para esconder!” Não tenho nada para esconder! E quero dizer mais, dizer ao Deputado do pedágio que não sou do Governo, mas sou Deputado livre nesta Casa, porque quando o Governo faz coisas boas, eu aplaudo as coisas boas do Governo e quando o Governo faz coisas ruins, eu critico. Sou um Deputado que acho que as coisas boas devem ser feitas, e não tenham dúvidas que as coisas boas que vão acontecendo nós vamos aplaudindo, como por exemplo vejo aqui que no jornal de Ponta Grossa o Deputado diz que troquei cargos no Governo para mudar de posição, mas não tenho cargo nenhum no Governo de Ponta Grossa. Em Ponta Grossa não tem um cargo do Governo que é meu! Nenhum! Deixar bem claro que não tenho nenhum cargo. A indicação do Dr. Adroaldo é uma indicação do Governo, é uma indicação das

lideranças, mas é um cargo do Governo e não meu; ele é um grande técnico e está fazendo um grande trabalho, mas mesmo que eu quisesse ter um cargo ou indicar alguém, até seria melhor indicar um cargo do que pedir alguma coisa pessoal para mim, como por exemplo um vale-pedágio. Me dá um vale-pedágio para eu não precisar pagar pedágio! Acho que seria muito mais feio eu pedir uma coisa pessoal para mim do que pedir para o povo para indicar um chefe competente que está cuidando da saúde e que está melhorando a saúde.

Então, prefiro sempre pedir para a coletividade, para o povo, e vou brigar quando precisar, mas aí pedir para mim eu já acho difícil: olha, conceda-me o direito de não pagar pedágio. Isso não existe! Eu jamais faria isso! Jamais diria que não quero pagar pedágio, até porque aqui tem como pagar pedágio.

Então, assim caminha a humanidade, Sr. Presidente!

Só queria deixar claro e é pena que o Deputado Elio Rusch não esteja presente e é ruim deixar para o dia seguinte, porque sempre fica aquela demora a acontecer, mas espero que o Deputado Elio Rusch, quando ele voltar ao plenário quero responder a ele o que ele falou, e estou disposto a responder mais alguns que queiram aí, estamos à disposição para o debate, para a discussão, estamos a todo vapor, Sr. Presidente, e depois, posteriormente, vou usar o horário do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, nobre Nelson Justus; Professor Luizão; Luiz Malucelli, Sras. e Srs. Deputados; professores; ex-chefes de núcleos; estudantes que estão presentes, dando um brilho muito especial na Sessão de hoje. Nosso agradecimento, Presidente Nelson Justus, por essa presença de gente tão ilustre no nosso meio, gente que tem longos anos de bons serviços prestados a causa da educação em nosso estado. Vejo aqui muitas mulheres que inclusive já chefiaram o Núcleo Regional de Ensino. Vejo o Sérgio, atual Presidente do Núcleo Curitiba-Norte, região metropolitana. É um registro especial, a nossa grande querida colega, Deputada Beti Pavin, que é uma mulher muito inteligente, muito dedicada, uma das maiores lideranças do nosso estado, e que teve a felicidade, nossa colega Beti Pavin, de propor esta Sessão especial de hoje para homenagear os professores, ex-dirigentes de núcleo desta região metropolitana de Curitiba.

Sr. Presidente Nelson Justus, falar do professor, e hoje, há quem diga que a gente tem que falar do professor e da professora. Tem gente até que confunde achando que o professor só trabalha quando está dentro da sala de aula, esquecendo que muitas vezes a professora, mesmo

as vezes com problema de saúde, problema com o filho, as vezes problema com o marido, problemas diversos, ela tem que preparar as tarefas para o aluno, tem que conferir as tarefas, tem que preparar as provas, às vezes tem que enfrentar aluno muito educado, aluno que chega a se apaixonar pela professora, aluna que chega a se apaixonar pelo professor, tem muitos casos assim. Mas tem também uns capetinhas por esse meio também, que infernizam demais a vida do coitado do professor e da coitada da professora. E pela lei, o professor não pode fazer nada, o aluno está sempre com a razão. E, Sr. Presidente, em que pese o salário não ser aquela coisa, porque até hoje eu não vi no currículo de nenhum professor dizer que ele ficou rico. Ela ficou rica com o salário que percebe dos cofres públicos, o que a gente nota é um grande amor do educador e da educadora, por essa nobre missão que Deus colocou nos ombros de cada educador.

Eu tenho a felicidade de ter 6 irmãs, 5 delas são professoras com muitos anos de trabalho dedicado ao ensino; e fico triste muitas vezes de ver amigos e amigas, que estão aí no magistério do estado ou das prefeituras que acabam até tendo esgotamento muito cedo, às vezes até entrando em depressão. Tem professor que vive à base de remédios por problemas diversos, que não nos cabe aqui analisar.

Então, nesta manhã, Deputada Beti Pavin, eu quero felicitar a senhora, eu acho que o certo até seria todo dia quando a gente acordasse que ficássemos ajoelhados, pelo menos um minuto, para agradecer a Deus, pelos nossos educadores, pelas nossas educadoras, por esse trabalho abençoado que cada um realiza preparando a criança, o adolescente, o jovem, preparando a todos nós para que tenhamos um futuro mais tranquilo.

Eu me recordo, Presidente Nelson Justus, quando o Silvio Santos tinha um quadro no SBT chamado Porta da Esperança. E um dia entrou uma criança no palco e o Silvio Santos começou a conversar com aquela garota, e perguntou qual era o presente que ela foi buscar ou tentar ganhar na Porta da Esperança. E aquela menina confessou que não queria nenhum bem material. Ela disse que quando era pequena a sua primeira professora era mais que uma mãe para ela, tem criança que se apega mais à professora que sua própria mãe e pai. E a família desta menina mudou de cidade. E o grande sonho desta menina era que o Silvio Santos proporcionasse a ela a benção e o privilégio de encontrar aquela mulher, que ela adorava tanto, que foi a sua primeira professora. E ela conseguiu realizar esse sonho.

Lembro-me da história da dona Júlia da cidade de Diamantina, Minas Gerais. Um dia o filho ferroviário chegou para a mãe e disse: “Quero me mudar para Belo Horizonte, porque quero ser médico.” Ela disse: “Meu filho, você está louco, não tenho dinheiro nem para pagar a passagem. A única coisa que tenho aqui é essa correntinha de ouro, você pode vender e comprar a passagem.”

Dona Júlia presenteou o garoto com a correntinha de ouro. Ele vendeu, comprou a passagem de trem para

Belo Horizonte, estudou, formou-se médico, virou Prefeito de Belo Horizonte, virou Governador de Minas Gerais e foi o grande construtor da cidade de Brasília e o homem que trouxe as grandes indústrias automobilísticas para o Brasil, nosso saudoso Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Vejam o amor da dona Júlia, professora da escola da Prefeitura de Diamantina. Aquela correntinha proporcionou que ele virasse um dos maiores presidentes da história do nosso Brasil.

Quero saudar o professor Sérgio, os chefes de núcleo, as professoras e saudar também os nossos estudantes que estão aqui. Uma mocidade bonita, saudável, e desejar que estudem bastante, procurando ser bons nos estudos, porque está chegando o tempo que só diploma não resolverá mais nada. Se não tiver competência, não vai ter cliente. Uma boa costureira sempre tem uma boa freguesia. A mulher que faz doce gostoso, tem sempre uma boa clientela. O profissional tem que ser bom em tudo que faz.

Desejo a essa garotada que tenham êxito na escola, formem-se, porque um dia vão querer ser independentes e a vida aqui fora não está fácil, não. É celular, é internet, é automóvel, o lar que vão querer constituir e a independência da sua família, isso só vão conseguir passando por esse primeiro grande degrau da vida que é ser um bom aluno, uma boa aluna, e ser sempre grato ao seu querido professor e à sua querida professora.

Nossa homenagem a todos: professores, dirigentes do Núcleo de Ensino e a vocês, jovens estudantes. Voltem sempre a esta Assembléia Legislativa, que é a Casa do Povo. Parabéns à grande Deputada Beti Pavin por esta homenagem. Felicidades a todos vocês!

O SR. ELTON WELTER (PT)

Presidente, só uma questão de ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, como Líder da Bancada do PT, queria lamentar a perda do nosso companheiro, assessor da nossa Liderança, o Antônio Claret, que faleceu no dia de ontem. Ele foi assessor por longo período, desde 1992, nesta Casa. Era nosso assessor na área econômica, no orçamento, muito eficiente, muito competente. Ajudava o Partido dos Trabalhadores na elaboração dos planos de Governo, nas disputas. Assessorou, ajudou Jorge Samek, Ângelo Vanhoni, Padre Roque Zimmermann. Lamentamos muito a perda desse companheiro. Ele deixa uma filha. Uma pessoa extraordinária, militante ativo, muito determinado, idealista de fato e toda bancada sente-se muito entristecida, hoje. Seu sepultamento vai ser em Siqueira Campos, sua cidade natal, e até ontem de madrugada foi velado na cidade de Pinhais.

Também queria justificar a ausência do Deputado Tadeu Veneri que está, como membro desta Casa, numa reunião do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando a Assembléia nessa reunião.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Luiz Eduardo Cheida.

**Deputado Luiz Eduardo Cheida
(PMDB)**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero cumprimentar os professores aqui presentes, os Chefes e ex-Chefes de Núcleos Regionais de Ensino, os alunos aqui presentes.

Quero me somar ao Deputado Elton Welter e à Bancada do PT pelo passamento do companheiro Claret, meu amigo particular, grande figura, um militante absolutamente despretenso de qualquer bem material, extraordinariamente importante para todo movimento social do Paraná, enfim, uma grande perda.

Hoje é Dia do Médico, Presidente, e eu como médico não poderia deixar de render homenagem aos colegas Deputados e, também, aos médicos do Paraná, mas, mais do que isso, eu venho à tribuna para externar uma preocupação que quero transformar em requerimento e espero ser aprovado na Sessão de hoje, pelos Deputados Estaduais do Paraná, nesta Assembléia Legislativa. Trata-se, Sr. Presidente, de um projeto de lei que tramita na Câmara Federal de nº 424/05, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará. Ele altera o Código Florestal, permitindo a recomposição das reservas florestais com plantio de palmáceas, principalmente o dendê, que é uma planta aparentemente brasileira mas não é, e é extraordinariamente invasiva.

Trocando em miúdos, o que este Senador pretende é que na nossa Amazônia, já dilapidada como está, nas áreas degradadas, possa ser não exigido mais a reserva legal e, em seu lugar, sejam plantadas palmeiras de dendê para fornecer o biodiesel. Mas curiosamente, Sr. Presidente, demais Pares, a este tipo de projeto apensaram outros que dormiam nas gavetas do Senado, esperando - desculpem-me a expressão - de tocaia, uma oportunidade para aparecerem. Projetos como o de nº 1207, de autoria do Deputado Vander Gonçalves, do PSDB do Paraná, que reduz a reserva legal, de 80 para 50% na Amazônia legal. O Projeto de Lei nº 6840, do ex-Deputado Tomas Nono, do PFL, hoje Democratas, de Alagoas, que permite aos proprietários de terras compensarem o desmatamento de reserva legal em outras bacias hidrográficas.

Sras. e Srs. Deputados, aprovados projetos como esse, estamos mexendo com o Código Florestal, reduzindo na Amazônia a necessidade da reserva legal de 80% para 50%, mexendo na probabilidade de não termos mais a reserva legal.

O Paraná tem trabalhado na contramão desta que é, no meu entendimento, uma das maiores farsas no Brasil, em termos de dilapidação do patrimônio natural. O Paraná tinha, há 4 anos atrás, 3,4% de reserva legal.

Reserva legal, para quem não sabe, são aqueles 20% de floresta nativa, que toda propriedade deve deixar, para que tenhamos a biodiversidade, os animais e as plantas naturais do estado. Em 4 anos passamos de 9%, ou seja, o Paraná mais do que dobrou, Deputada Beti Pavin, a sua área de reserva legal, enquanto que outros estados como o Mato Grosso, Amazonas, Rondônia, o fogo, o machado e a moto-serra “comem de pau” as nossas florestas.

Espero que a Assembléia Legislativa do Paraná, quero propor isso aqui, no dia de hoje, solicitar aos Deputados e aos Senadores que têm esse projeto, que não o aprovem. Talvez a voz do Paraná seja muito pequena para sensibilizar a sanha devastadora desses Parlamentares. Não podemos ficar quietos, nos calar. Seria um crime de omissão, em um momento como esse, onde o Brasil assina tratados internacionais da biodiversidade, da preservação ambiental, de melhorar o clima do planeta, reduzir o efeito estufa e ao mesmo tempo estarmos quietos chancelando ou, até em um acordo tácito, permitindo que a Câmara Federal e o Senado da República dêem uma demonstração de tamanha ignorância ambiental e tamanho despreparo para enfrentar as questões climáticas e ambientais do nosso país.

Vou encaminhar o requerimento, Sr. Presidente, e espero a aquiescência de V. Exa. e de todos os nobres Pares desta nossa colenda Casa de Leis.

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero saudar os estudantes, os professores, chefes de Núcleos de Educação, presentes nesta Sessão, manifestar o meu carinho. Saúdo também não só como Deputado, mas na condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa. Aproveito para convidar todos, porque amanhã teremos o Seminário Nacional de Educação Infantil, grandes personalidades da área estarão presentes, a partir das 9h00, aqui, no plenário. Sintam-se todos convidados a participar desse seminário, à medida que alterações profundas acontecem, em função do Plano de Desenvolvimento da Educação no Brasil todo, universalizando o acesso à educação infantil e às creches.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, tivemos um debate na TV Educativa, com o Deputado Romanelli e algumas lideranças, sobre a questão do pedágio.

Algumas coisas passam a ficar claras em todo o país. Primeiro, o pedágio vai acontecer durante um período longo, é uma questão conceitual. Existem setores

contra o pedágio, alguns que entendem se for justo o pedágio ele pode existir. Mas, na verdade, o Brasil hoje, 58% de todo o transporte é de malha rodoviária. É de 2005 esses dados: 25% ferrovias e 13% rodovias. Objetivo da nação, o projeto estruturante para o país é que em 2025 tenhamos 32% transporte malha rodoviária, 33% de ferrovias e 29% hidrovias.

O que a realidade tem mostrado é que por mais impostos que se pague é mais ágil talvez, uma definição clara, concreta, sobre o pedágio de quem usa os carros pelas rodovias. Mas, isso é uma questão conceitual, não é isso que quero discutir nesse momento.

O que importa é que esse problema passa a ser um problema candente, cada vez mais. E o edital feito pelo Governo Federal, mostra claramente aquilo que há muito tempo vínhamos denunciando no Paraná - quando fui Deputado no 1º e 2º mandatos, há 7 anos atrás já denunciávamos. Outros setores também denunciavam, o absurdo, a forma como foi implantado o pedágio no Paraná. E o leilão deixa claro isso. Enquanto o leilão feito no Governo Federal, o preço médio da tarifa está em torno de R\$ 0,02 por quilômetro, nas concessões anteriores aqui no Paraná, o preço é de R\$ 0,12 por quilômetro. Seis vezes a mais. Seiscentos por cento a mais em média o pedágio cobrado em nosso estado.

Alguns exemplos: Curitiba a Florianópolis, pelo novo pedágio, a tarifa custará R\$ 5,85, um percurso de 300 quilômetros; Curitiba a Matinhos, o pedágio atual 100 quilômetros, a tarifa custa R\$ 10,90, seis vezes mais. Se num trecho de 300 quilômetros o usuário vai pagar R\$ 5,85, num trecho de 100 quilômetros paga R\$ 10,90, seis vezes a mais, as empresas que comandam o pedágio paranaense recebem do que as empresas que vão comandar o novo pedágio estabelecido pelo Governo Federal. Isso não pode continuar assim.

Esse novo paradigma dá um novo ânimo para todos aqueles que vêm denunciando sistematicamente o absurdo das tarifas de pedágio no Paraná. E nós temos uma comissão da qual participo, o Deputado Fábio Camargo é o Presidente, Deputado Plauto o Relator, mas infelizmente, só três Deputados têm participado eventualmente. Porque acredito que havia um certo desânimo, tanto trabalho, tanta luta, ação na justiça e não se conseguia demover essa tarifa, mas acho que esse paradigma dá um novo ânimo. Acredito que esta comissão poderá carregar essa bandeira com todas as condições legais efetivas. Quero sugerir desta tribuna, para que possamos trazer imediatamente os Procuradores do Tribunal de Contas da União, que estudaram em profundidade essa sistemática de cobrança do pedágio, alterar a sistemática e eles podem nos dar orientações importantíssimas.

Acredito também, Sr. Presidente, que devemos contratar técnicos, Tenho dados em minha mão, quando fiz a denúncia em 98, eu denunciava que a proposta comercial das concessionárias, que vem de certa forma tentar legitimar o valor da tarifa, elas são superfaturadas. Tenho em minha mão, por exemplo, Programa de Con-

cessão de Rodovias do Paraná, o Lobby 5, proposta comercial de uma concessionária, os custos que ela estabelece: construção de praças de pedágio, prestem atenção Srs. Deputados: 7 praças, cada praça 4 milhões de reais: $7 \times 4 = 28$ milhões de reais, isso em 98.

Então, não é possível que nós continuemos convivendo com isto.

Então, eu faço um apelo, a esta comissão, todos os Deputados que têm os seus nomes lá, a representação de todos os partidos, eu acho que é o momento agora de ânimo para todos nós - não faço crítica a ninguém, porque eu também estou me animando - porque é um paradigma novo que surge, estávamos cansados de tanta ação derrotada, que todas as representações partidárias participem da comissão, vamos trazer o Procurador Geral do Tribunal de Contas, Procuradores para discutir, vamos fazer contratação de técnicos que estudem as propostas comerciais, a sistemática cruel que foi estabelecida contra o interesse público, pelo estado paranaense, pelo Governo paranaense anterior ao Governador Requião, esse grande conluio nacional que aconteceu entre grandes empreiteiras, impedindo, inclusive, que médias pudessem participar, isto tudo foi denunciado, eu acho que é hora agora, a sociedade se volta para a questão do pedágio, de nós conseguirmos com muita luta reduzir o pedágio a um custo digno. A população aceita pagar uma tarifa, as pesquisas mostram isto, porque acham mais ágil, mas a um preço justo.

Estou entrando, Sr. Presidente, aproveitando que tem professores aqui, com um projeto de decreto legislativo esta manhã nesta Casa, este é o instrumento mais forte do Poder Legislativo, é um decreto legislativo, para resolver a questão já, tem 10 mil professores no Paraná que fizeram um curso e não tem o seu diploma registrado pelas universidades. Isto está prejudicando as suas carreiras, fizeram o curso de boa fé, todas as premissas que foram estabelecidas, foram cumpridas pelos professores e infelizmente por causa de um parecer do Conselho Federal de Educação que tangenciou a matéria, as universidades do Paraná têm dúvidas sobre registrar o diploma e isto vem prejudicando sistematicamente 10 mil professores no Paraná. Pessoas que não podem ter ascensão de carreira, não podem ter organizadas suas vidas nos municípios, professores municipais.

Então, eu falei com a nossa Secretária Lygia, falei com os Reitores, o Reitor de Ponta Grossa, e eles entendem que se o Poder Legislativo der essa fundamentação legal, essa cobertura legal, legitimidade, porque é legítimo, eu vou discutir profundamente isto na segunda-feira, as razões que me levam a apresentar esse decreto, nós estamos resolvendo imediatamente a situação de 10 mil professores em todo o Paraná.

Então, estou apresentando o decreto hoje e segunda-feira venho a esta tribuna novamente para discutir com profundidade, pedindo o apoio de todos os Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Último orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, professores e professoras aqui presentes.

O que me traz à tribuna nesta manhã é o projeto de lei de nossa autoria e que era projeto até então e que foi sancionado pelo Governador Roberto Requião.

Todos sabem, o meu papel aqui é o de fazer leis e fiscalizar o Poder Executivo, assim como o de todos. Fui eleito na Oposição, continuo na Oposição, é o meu papel. Mas destacar aqui que quando se apresenta bons projetos, o Governador Requião aprova, está aqui o exemplo.

Então, deixar o destaque que o Governador Requião sancionou o projeto e o projeto dispõe que os prestadores de serviços continuados ficam obrigados a assegurar aos consumidores a faculdade de solicitar o cancelamento do serviço, pelos mesmos meios com os quais foi solicitada a aquisição, conforme especifica, ou seja, os prestadores de serviço, serviços continuados ficam obrigados a assegurar aos consumidores a mesma facilidade quando da contratação de um serviço.

É comum, às vezes, as pessoas fazerem uma assinatura de revista, de jornal ou mesmo de telefone ou de cartão de crédito, por telefone, e para fazer a assinatura é uma facilidade tamanha, o atendimento é cordial, uma coisa maravilhosa! Agora, faça o cancelamento para perceber como é que a pessoa é tratada. Passa de um para o outro, vai passando e cai a ligação, Deputada Rosane, e não se consegue fazer o cancelamento. Aí você tem que ligar no outro dia para fazer o cancelamento. Daí, no outro dia, você não tem tempo, tem que trabalhar, aquela correria, não consegue fazer o cancelamento e fica uma novela.

Então, nós apresentamos este projeto obrigando a facilitar o cancelamento por meio de telefone, pela internet ou mesmo pelo correio. E o que estamos atingindo com este projeto? Assinaturas de jornais, revistas e outros periódicos, televisão por assinatura, provedores de internet, linha telefônica fixa ou móvel, transmissão de dados e serviços acrescidos, academias de ginástica e cursos livres, títulos de capitalização e seguros, cartões de crédito e cartões de descontos. E colocando aqui que os infratores ficam sujeitos às penalidades previstas no artigo 56, da Lei Federal nº 8078, que prevê nesta lei, prevê multas, prevê uma série de penalidades para quem não cumprir esta lei.

O objetivo desta lei é colocar o consumidor como prioridade, o atendimento ao consumidor, qualidade no serviço de quem presta o bom serviço, mas o consumidor ser beneficiado.

Mas, então, para não me alongar muito, agradecer todos os Deputados desta Casa que votaram a favor desta

lei, todos sem exceção. Foi aprovado por unanimidade, aqui, em 1ª discussão, em 2ª discussão. E também ao próprio Governador que teve a sensibilidade de perceber que mesmo sendo Deputado de Oposição, merece sim o respeito e foi aprovado o projeto e que agora é lei, Lei nº 15627 que beneficia todos os paranaenses. Obrigado mais uma vez e parabenizar novamente os professores pelo seu dia, pela homenagem que a Deputada Beti Pavin está fazendo, merecida, e também aos médicos, hoje dia dos médicos, parabenizar aqui o Deputado Cheida que representa os Deputados que são médicos aqui nesta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Grande Expediente:

Homenagem ao Núcleo Regional da Área Norte

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, solicitado hoje pela Deputada Beti Pavin, para uma homenagem especial ao Núcleo Regional da Área Norte que completa os seus 15 anos.

Esta Assembléia rende, em nome de todos os Deputados, a homenagem a todas aquelas pessoas que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para que o Núcleo Regional da Área Norte cumprisse esse papel extraordinário ao abranger a questão educativa da região metropolitana de Curitiba. Tarefa das mais difíceis, sem dúvida nenhuma, mas com a abnegação das pessoas que fizeram com que nós curitibanos, portanto ligados muito próximo à região metropolitana, sentíssemos o reflexo do trabalho de vocês.

Em nome da Assembléia Legislativa recebam os nossos parabéns, a certeza de que estamos no caminho certo e que a Deputada Beti Pavin, em boa hora, como ex-Prefeita de Colombo e como Deputada nesta Casa, representante também da região metropolitana, presta esta homenagem.

Com a palavra a Deputada Beti Pavin.

Proponente

Deputada Beti Pavin (PMDB)

A SRA. BETI PAVIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, nossos professores, ex-professores lá da cidade de Colombo, hoje prestando serviço aqui no Núcleo de Curitiba, servidores administrativos do Núcleo Regional da Área Norte, nossos queridos alunos. Nós temos alunos, aqui, de vários municípios da região, alí de Colombo, de Campina Grande do Sul, Quatro Barras, enfim, são 14 municípios que compõem o Núcleo Regional da Área Norte.

(Lê):

“Senhores e senhoras, é com grande alegria que estamos comemorando o aniversário do Núcleo Regional

de Educação da Área Metropolitana Norte... que está debutando... completando 15 anos de criação.

Foi iniciativa do Governador Roberto Requião e do então Secretário da Educação, Elias Abraão (1992) a criação dos vários núcleos regionais, com o objetivo de coordenar o trabalho pedagógico e administrativo, através da orientação, acompanhamento e avaliação do processo educacional, além de garantir, com a descentralização administrativa, a efetiva implantação das políticas públicas de educação do Governo. Na nossa região, além do NRE área norte, temos o NRE sul e o NRE da capital.

O NRE - Área Metropolitana Norte, possui 14 municípios sob sua jurisdição: Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Dr. Ulysses, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e Tunas.

Acompanhei de perto o trabalho da professora Scheila, da professora Creuza e do professor Sérgio Ferraz, que aplaudo pelo muito que fizeram pela educação dos paranaenses da nossa região. Atualmente, está à frente do NRE-Norte o professor Sérgio Fernandes Stacheski, que vem desenvolvendo importante e profícuo trabalho de integração das unidades de ensino na área de abrangência, que aliás é a que mais cresce populacionalmente no estado, totalizando hoje cerca de 670 mil habitantes e 100 mil alunos, distribuídos nas 103 escolas estaduais. Atuam diretamente no núcleo 85 profissionais da educação, que têm sob sua responsabilidade orientar, acompanhar e avaliar o processo educacional juntamente com os diretores e professores...

Se hoje o estado do Paraná é reconhecido como um dos melhores ensinos públicos do país, indiscutivelmente o prêmio é dos senhores, que com competência e dedicação, conduzem os rumos da educação em nosso estado, garantindo igualdade de oportunidades que somente é conquistada através do ensino de qualidade. Quero aqui parabenizar também o Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião...

E finalizando, dizer a todos vocês que é maravilhoso comemorar mais que um aniversário, mas principalmente o sucesso que tem sido o resultado do trabalho de cada um de vocês, gestores, diretores, professores, profissionais da educação, enfim, e que tem possibilitado, além do ensino de qualidade, o efetivo preparo dos cidadãos paranaenses do futuro.”

Um grande abraço aos nossos alunos e, só para arrematar, dizer que quando estivemos à frente da Prefeitura de Colombo, sem dúvida nenhuma nós priorizamos muito a educação. Posso dizer a vocês que mais me deixou feliz quando pela ocasião dos 8 anos que estivemos à frente da Prefeitura de Colombo foi o trabalho que eu e uma equipe de 900 professores conseguimos realizar naquela cidade, sempre procurando valorizar, da melhor maneira possível, a todos os professores. Sempre digo que um Governo, um Prefeito, um Governador, sem

dúvida nenhuma, ele não consegue, poder ter a melhor intenção de desenvolver as suas políticas, mas se ele não tiver a dedicação, o amor, o respeito a cada um dos nossos servidores, não chegaríamos a lugar nenhum.

Vocês estão de parabéns, o professor Sérgio que representa a todos vocês, passaram por lá e ajudaram a construir esse núcleo estão de parabéns. Contém com esta Casa, com a Assembléia Legislativa, para que possamos fazer um fórum de discussão para as questões que envolvem a educação do estado do Paraná.

Muito obrigado e agradeço a todos vocês!

Realização da Homenagem

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Convido a Deputada Beti Pavin para que proceda a entrega da placa em homenagem ao Núcleo Regional da Área Norte, representada pelo professor Sérgio Fernandes Stacheski.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Luiz Malucelli, que leia o conteúdo da placa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Malucelli**)

(Lê)

“Ao professor Sérgio Fernandes Stacheski e equipe do Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte, a saudação do Poder Legislativo do Estado do Paraná em comemoração aos 15 anos de criação e pelos resultados em prol de uma escola cada vez melhor para a nossa juventude.

Curitiba 18 de outubro de 2007”. Assinam o Deputado e Presidente da Assembléia Legislativa Nelson Justus e a Deputada Beti Pavin, a proponente.

Orador

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo neste instante a palavra ao Chefe do Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Norte, professor Sérgio Stacheski.

Sr. Sérgio Stacheski - Chefe do Núcleo

O SR. SÉRGIO STACHESKI

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Nelson Justus, demais Deputados que compõem esta Casa do povo do estado do Paraná, tão bem representada por vocês que defendem os interesses do nosso estado e da nossa gente.

Professores da nossa rede estadual de ensino de todos os municípios da Área Metropolitana Norte. Temos também a presença de professores da Metropolitana Sul, da cidade de Curitiba, do Núcleo Regional de Curitiba e temos Secretários Municipais de Educação dos nossos 14 municípios da Área Metropolitana Norte.

Como é bom estarmos neste mês de outubro festejando esses 15 anos do nosso Núcleo Regional. Coinci-

dentemente, através da proposta da Deputada Beti Pavin, exatamente na semana do Dia do Professor. Foi uma coincidência bonita estarmos homenageando os nossos professores e professoras deste nosso estado e dos nossos municípios que compõem a Área Metropolitana Norte.

Agradecemos à Deputada ser a proponente deste ato solene para todos nós termos a oportunidade de frequentarmos esta Casa mais uma vez e sentirmos que vale a pena o trabalho que a educação do estado do Paraná está fazendo.

Temos a presença aqui das nossas ex-chefes do nosso Núcleo Regional da Metropolitana Norte, professora Creuza Santos Borges, que nos alegra com a sua presença, a professora, Sheila Marise Toledo, que foi a primeira Chefe do Núcleo Regional de Educação que foi nomeada dia 1º de outubro de 1992. Passaram-se 15 anos da nomeação da professora Sheila. Também tivemos a participação do professor Antonio Sérgio Ferraz como Chefe do Núcleo Regional da Área Metropolitana Norte. Temos os nossos Diretores aqui presentes, de várias escolas, vários colégios, são 103 colégios estaduais nesses 14 municípios que já foram nominados aqui pela Deputada Beti Pavin.

Temos os nossos estudantes que dão vida as nossas escolas. São eles que agitam e fazem o movimento acontecer. Sempre digo que educação é agito, educação é movimento. Se fizermos coisas estáticas nós vamos ao cemitério. Mas na educação só pode se dar bem quem gosta desse agito, desse barulho que é a vida acontecendo. Educar, conhecer, quer dizer nascer. O verbo conhecer no francês significa nascer. Educação é isso, cada dia estamos nascendo de novo, em contato com os nossos colegas, professores, funcionários das nossas escolas, as nossas merendeiras que os nossos estudantes gostam tanto. As nossas senhoras e senhores que deixam a nossa casa arejada e em condições, dão apoio para que as nossas escolas possam, estar funcionando bem.

Como disse o nosso Secretário Maurício Requião: “Cada dia tem que ser melhor a nossa educação. Esse é o nosso lema desde 2003. Educação do Paraná cada dia melhor”. Esse slogan foi criado pelo próprio Secretário da Educação, Maurício Requião.

Estamos buscando com as nossas ex-chefes, as nossas Chefes, temos a Chefe aqui também da Metropolitana Sul, Maria Joana, que nos dá o brilho especial nessa manhã, dia 18 de outubro. Obrigada Maria Joana por estar conosco aqui neste ato festivo dos 15 anos do Núcleo Regional.

Muitas coisas foram feitas, não dá nem para calcular. Quantas horas aulas os nossos estudantes tiveram durante todos esses 15 anos de existência da Área Metropolitana Norte, quantas aulas ministradas nessas 103 escolas, quantas feiras de ciências os nossos professores, os Diretores, pedagogos, estudantes fizeram em nossas escolas e colégios da Metropolitana Norte. Festival FERA, quantos FERA já participamos com os nossos estudantes, professores, acompanhando neste Paraná

afora, nesse grande projeto, o FERA de arte da rede estudantil.

Teremos em Campo Largo, dia 22, a abertura do Consciência. Um grande projeto também. Quantos Consciências já fizemos junto com os nossos professores e nossos estudantes. Os jogos colegiais, quantas alegrias nos estádios, nas canchas cobertas em vários municípios do nosso Núcleo Regional. Quantas palavras bem ditas pelas nossas professoras.

Não fiquemos preocupados com a idade dos nossos professores. Temos professores de várias idades na nossa rede estudantil, na nossa rede escolar de ensino, professores experientes, professores iniciando, é uma rotatividade gostosa e bonita de se ver - todos esses professores é que fazem a história do Núcleo Regional da Metropolitana Norte acontecer. Muitos que já passaram como estudantes pelas nossas escolas, pelos nossos colégios hoje estão exercendo a sua atividade profissional e quantos profissionais já estão aí no mercado de trabalho, vencendo a vida nessa situação social em que vivemos, nessa luta pelo emprego, e quantas pessoas que passaram por nós, pelos nossos professores e que fazem hoje a construção deste estado, deste nosso país, desta nossa Região Metropolitana Norte de Curitiba.

Então, agradecemos de modo especial a todos que trabalharam nesse Núcleo Regional. Lá dentro são mais de 100 funcionários, os nossos documentadores escolares, que temos a presença de vários deles de diversos municípios neste momento festivo dos 15 anos do Núcleo Regional. O documentador escolar é uma função importante que leva a mensagem da educação aos nossos municípios que são da nossa região do Vale do Ribeira, regados pelo rio Ribeira, uma região abençoada por Deus e regada com essa água maravilhosa, que se chama Vale da Ribeira.

Então, todos esses municípios já nominados pela Deputada Beti Pavin, nos congratulamos com esta Casa que é do povo do Paraná, porque aqui estão os nossos representantes que foram escolhidos por nós para estarem aqui fazendo esse trabalho de legislar sobre aquilo que é importante para o nosso estado e para as nossas escolas.

Então, um abraço a todos vocês e parabéns pelos 15 anos do Núcleo Regional de Educação! Parabéns aos nossos estudantes, parabéns as nossas escolas e parabéns a esta Assembléia que promove este grande evento! Feliz 15 anos da Metropolitana Norte! Um abraço a todos e avante esse Núcleo Regional! Que essa estrela brilhe como bilha o Paraná neste Cruzeiro do Sul! Que o Núcleo da Metropolitana Norte brilhe como o nosso Paraná brilha na educação e em tantas outras áreas que fazem deste estado um estado pujante! Então, avante Núcleo Regional da Metropolitana Norte! Avante Secretaria de Estado da Educação deste Paraná! Avante chefes do nosso Núcleo Regional! Avante estudantes e professores! Viva o Núcleo Regional da Área Metropolitana Norte! Viva os 15 anos desse Núcleo!

Conselho Estadual de Segurança Alimentar

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo neste instante a palavra, à pedido da Deputada Luciana Rafagnin, à Dra. Sílvia do Amaral Rigon, Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar do Estado do Paraná.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, apenas para fazer o registro que a Deputada Luciana Rafagnin esteve nesses últimos dois dias passados em Brasília, em audiência com Ministros, com relação à agricultura familiar e ela já voltou para o Paraná, mas teve que viajar para o sudoeste do nosso estado. E na qualidade de Vice-Presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutrição, é com muito bom grado que recebemos a Dra. Sílvia do Amaral Rigon, que vai explanar sobre o assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Seja bem-vinda Dra. Sílvia e a palavra é sua!

Dra. Sílvia do Amaral Rigon - Presidente

A SRA. SÍLVIA DO AMARAL RIGON

Em primeiro lugar gostaríamos de cumprimentar o Exmo. Sr. Nelson Justus, Presidente desta Casa, cumprimentar o 1º Secretário, Deputado Luiz Malucelli, a 2ª Secretária, Deputada Cida Borghetti; gostaríamos também de cumprimentar o Deputado Pastor Edson Praczyk, Vice-Presidente da Frente Parlamentar pela Segurança Alimentar no nosso estado; cumprimentar os demais Deputados que fazem parte da Frente, a Deputada Rosane Ferreira, o Deputado Eduardo Cheida, o Deputado Augustinho Zucchi, o Deputado Péricles de Mello. Também gostaríamos de parabenizar a Deputada Beti Pavin pela iniciativa em trazer o tema da educação para o dia de hoje. Cumprimentar todos os professores, em especial o Núcleo Regional da Área Norte pela homenagem; todos os demais núcleos, os professores presentes, os estudantes, e todos os segmentos que hoje estão aqui acompanhando esta Sessão.

O objetivo de nós estarmos hoje aqui, o CONSEA-Paraná, é justamente fazer referência ao Dia Mundial da Alimentação, dia 18 de outubro, que foi festejado em diferentes momentos em todo o Brasil, e também em diferentes países de todo o mundo. Sem comentar que esta data, ela foi definida justamente em 16 de outubro por ser a data de criação do organismo das Nações Unidas para a agricultura e alimentação, a FAO. Justamente no ano de 1945, como um esforço no período do pós-

guerra em favor da paz. E justamente a questão da segurança alimentar foi considerado a temática para esse dia em função do seu aspecto essencial para manutenção da vida e da paz para todos os povos e nações.

Então, gostaríamos de colocar que o tema da campanha do Dia Mundial da Alimentação deste ano é o tema do direito humano, alimentação adequada. E isso significa justamente o acesso a alimentos de qualidade em quantidades suficientes de modo permanente e para todos.

Infelizmente, na nossa sociedade, apesar de estar bem claro para todos que a saúde e a educação são direitos essenciais, ainda persiste um desconhecimento e uma falta de entendimento sobre o direito mais básico e mais essencial dentre todos, que é justamente o direito humano, alimentação adequada e saudável. Esse tipo de enfoque ainda é um enfoque inovador para nós porque nos habituamos a considerar a lógica de que o alimento é uma mercadoria, é como qualquer outra coisa em nossa sociedade de consumo, e desta forma passamos a aceitar que quando a pessoa tem dinheiro ela se alimenta e quando ela não tem fica condenada a passar fome. Então, desta maneira nós passamos a ignorar a essencialidade desse direito, ao ponto de muitas vezes considerarmos os programas emergenciais de combate à fome como assistencialistas e clientelistas. E dessa maneira nós desconhecemos os desdobramentos biológicos e sociais que esse tipo de situação traz, acarreta para cada criança, para cada mulher, cada homem que se vêem afetados com esse tipo de situação.

E essa reflexão no momento de hoje, ela quer também chamar a atenção para justamente todos os aspectos positivos que vêm sendo feitos no sentido de enfrentamento da insegurança alimentar, tanto no Brasil como no estado do Paraná, e que vem surtindo efeitos bastante interessantes. Hoje nós temos programas de segurança alimentar bastante importantes e bem sucedidos. Devemos destacar a importância do programa Bolsa Família voltado aos 44 milhões de brasileiros que vivem em situação de insegurança alimentar, o correspondente a 11 milhões de famílias. Chamar a atenção para a aquisição de alimentos que tem se mostrado bastante eficiente, chamar a atenção para o programa de hortas e cozinhas comunitárias. E chamar a atenção para o programa estadual Leite das Crianças que vem trabalhar na suplementação alimentar de crianças com situação de desnutrição, e ao mesmo tempo gerar a dinamização na produção de leite no nosso estado, principalmente, para pequenos e médios agricultores.

É importante destacar que o Brasil reduziu a metade o número de famílias em situação de pobreza extrema. E alcançou o 24º lugar entre 100 países que hoje têm políticas efetivas de combate à insegurança alimentar e a fome. Sendo hoje uma referência internacional.

Precisamos ainda avançar, para além dos programas de segurança alimentar, avançando no sentido da concepção de uma política estadual de segurança alimen-

tar. Que tenha um compromisso de caráter universal, no sentido de garantir alimentação adequada para toda a população paranaense, tendo como foco à boa nutrição e a boa saúde. Passa a ser uma política de caráter intersetorial, porque abrange desde agricultura, produção dos alimentos, o abastecimento, a geração de emprego e renda, área de educação, de saúde, área de meio ambiente. E ela tem uma preocupação também com a equidade, no sentido de dar um foco especial aqueles grupos da população que estiveram mais expostos à situação da insegurança alimentar e a fome, como a população indígena, quilombolas, trabalhadores sem-terra. Uma série de grupos que precisam de reparação do direito humano e alimentação adequada.

E o mais importante, é que essa política vai buscar fazer uma associação entre as ações de caráter emergencial que buscam alívio imediato à pobreza e a fome, com ações de caráter estruturante, que visam enfrentar as causas da insegurança alimentar. Que ainda são: a pobreza, a concentração de terras, concentração de riquezas e que persistem em nosso país.

No ano passado o Presidente Lula sancionou a Lei Nacional de Segurança Alimentar, instituindo a política nacional e o sistema nacional de segurança alimentar.

Cabe agora aos estados elaborar suas leis estaduais de segurança alimentar e estruturar os seus sistemas. Isso tudo em sintonia com as diretrizes da 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que se realizou este ano, inclusive a Deputada Luciana Rafagnin esteve conosco nesse evento, da onde emanaram diretrizes para a política nacional.

Gostaria de destacar que aqui o estado do Paraná tivemos avanços importantes, conforme já mencionei, principalmente na direção da instituição de uma política estadual de segurança alimentar.

O CONSEA/PR tem atuado com essa intenção. A Frente Parlamentar de Segurança Alimentar tem atuado de maneira brilhante, essencial na condição desse processo. Temos hoje as mais diferentes secretarias de estado que trabalham com programas nessa área também participaram dessa temática.

Esse esforço todo culminou na semana passada, dia 9, na emissão de uma mensagem do Governador Roberto Requião à Assembleia Legislativa, com a lei que dispõem sobre a política de segurança alimentar.

Isso abre um processo de discussão nesta Casa. E contamos com a contribuição de todos os parlamentares, para que esse processo avance e se efetive com a rapidez necessária.

Acreditamos que todos esses esforços já estamos garantindo, avanços importantes na direção da promoção do direito humano e alimentação adequada no Paraná, e serve de estímulo à nossa população, ao nosso Governo, no sentido de buscar sempre mais na direção da construção da sociedade que queremos.

Gostaria, em nome do CONSEA/PR, fazer um agradecimento a todos os integrantes da Frente Parlamen-

tar de Segurança Alimentar, por todo apoio que nos deram nesse processo.

Em especial a Deputada Luciana Rafagnin, como Presidente da Frente Parlamentar. Agradecer o Deputado Edson Praczyk também pelo apoio. Novamente nominar a Deputada Rosane Ferreira por todo trabalho; ao Deputado Cheida porque já milita com a causa da segurança alimentar, com a questão ambiental e a agricultura orgânica; Deputado Zucchi, que tem nos dado todo apoio e ao Deputado Péricles de Mello. Convidamos todos os demais Deputados para que venham conosco nesta luta pela segurança alimentar. Muito Obrigado!

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado!

Passa-se ao Horário das Lideranças. PT. Com a palavra o Sr. Deputado Professor Luizão.

Liderança do PT: Deputado Professor Luizão

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras, professores, professoras, funcionários dos diversos núcleos que estão prestigiando os 15 anos do Núcleo da Área Norte.

Quero parabenizar à Deputada Beti Pavin por esta iniciativa de fazer esta homenagem pelos 15 anos do Núcleo da Área Norte. Eu acompanhei o Núcleo da Área Norte desde o seu início, quando foram substituídas as Inspetorias de Ensino pelos Núcleos Regionais de Educação. Tive oportunidade de acompanhar o Núcleo da Área Norte desde o início, porque naquela oportunidade fui Diretor em um colégio estadual que, aliás, já fui 3 vezes e me licenciei no início deste ano. Por lá passaram a Sheila, a Creuza, o Sérgio Ferraz e o atual, que é o Sérgio Stacheski, que fez um brilhante discurso, aqui, hoje.

Neste núcleo aprendi a respeitar e admirar diversos funcionários competentes que por lá passaram e que permanecem ainda com as suas atividades no núcleo. Temos aqui, também, vários Diretores do município de Pinhais que ainda resistem ao horário, que já está bastante adiantado da hora. Parabéns pelo trabalho que vocês fazem e eu sei o quanto é difícil conduzir uma escola e como vocês conduzem com grande competência.

Nós, aqui na Assembléia, temos batalhado em defesa dos professores. Esse é um dos principais objetivos de eu estar aqui e temos contado com o empenho da maioria dos Deputados, podemos assim dizer, que têm lutado em defesa do magistério paranaense por melhorias nas condições de trabalho dos professores e das condições salariais.

Nós aprovamos, no início deste ano, o reajuste ao funcionalismo público do estado do Paraná, onde nós professores fomos beneficiados com o maior percentual

de reajuste: 17.04%. Eu acompanhei as conversas com o Governador e ele dizia que tinha uma dívida com o magistério paranaense e queria privilegiar os professores, naquele momento, e que os professores é que estavam com os salários mais defasados. Nós tivemos a felicidade de ter um reajuste e tudo de uma vez, porque ainda tinha a possibilidade de ser em parcelas. Também, como percebemos que os PSS estavam de fora, entramos com uma emenda, aí em comum acordo com a Liderança do Governo também contamos com o apoio da totalidade dos Deputados que aprovaram a emenda incluindo os PPS. Os professores que são selecionados pelo processo simplificado de seleção foram incluídos no aumento salarial, também, graças ao apoio desta Casa.

Numa lei elaborada pelo Deputado Romanelli, em conjunto comigo, nós modificamos aquela cláusula que não permitia recontração dos professores PSS após 2 anos. Com essa modificação, o Governo entendeu que era necessário fazer isso e a Assembléia Legislativa apoiou por unanimidade essa proposta apresentada por mim e pelo Deputado Romanelli. Então, de maneira geral, estamos procurando, a todo momento, defender a nossa categoria e buscar avanços para o magistério do Paraná.

Agora, estamos acompanhando a elaboração do concurso público, que encerrou as inscrições no dia 15, que vai acontecer agora no final do ano, para mais de 14 mil vagas abertas. Esperamos que a maioria desses professores, que estão contratados por tempo limitado, possam ser efetivados no estado do Paraná, porque temos brilhantes professores, muito competentes, contratados pelo regime PSS.

Estamos conversando também junto à Secretaria da Educação e à Secretaria da Administração e a Parana-Previdência para incluir os Diretores e os pedagogos na aposentadoria especial. Essa é uma briga difícil, na qual o Governo do Estado está sensibilizado, com a necessidade de incluímos. Estamos tramitando nesta Casa uma Proposta de Emenda Constitucional, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Estamos conversando para ver se essa questão tem um final que possa beneficiar os professores e pedagogos, que ocupam função indispensável na escola, que tem que ser ocupada por um professor. Não é justo que na hora em que o professor ocupa uma função de pedagogo ou de direção de escola, seja penalizado na sua aposentadoria.

Estamos aguardando a dobra dos padrões. Temos a informação da Secretaria da Educação que as vagas das aulas extraordinárias não foram abertas para o concurso. Há a possibilidade da dobra do padrão. Tem uma comissão sendo constituída, com o representante da Secretaria da Educação, portanto, do Governo e da nossa categoria, para elaborarmos os critérios, a forma como vai ser feita essa norma do padrão. Esperamos que isso aconteça em breve também.

Estive essa semana na escola, no Colégio Otília e vi os televisores que vão ser instalados e poderão ser utilizados pelos professores, sendo uma grande ferramenta

de trabalho, na dinâmica das aulas do magistério, das nossas professoras e professores.

Enfim, no geral, estamos entendendo a situação do Governo, mas tentando sempre ampliar as nossas conquistas, melhorar as nossas condições salariais e de trabalho, nas nossas escolas, porque sei o quanto é dignificante o trabalho do professor.

Parabéns, professores. Parabéns ao Núcleo da Área Norte. Parabéns para todos nós que estamos fazendo essa homenagem, comemorando os 15 anos do núcleo. No dia 15 passado comemoramos o Dia do Professor. Parabéns, a todos os professores do nosso estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças: PTB.

(**Declina**)

Bloco PPS/PMN. Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Bom-dia, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa.

(**Lê**)

“A língua portuguesa é maravilhosa. Ela tem definições que nem a gente acredita: Ontem o Líder do Governo e seus prepostos me acusaram nesta Casa de cometer uma fraude porque eu coletei assinaturas de Deputados a fim de promover uma reunião da comissão, a qual eu presido, para esclarecer uma denúncia gravíssima, escandalosa, apresentada no último fim de semana pela revista Isto É, de circulação nacional.

Seria mais uma denúncia, entre as tantas que se acumulam e envergonham o Paraná. Mas esta talvez tenha doído mais, tenha acertado no fígado de alguns. A denúncia da revista Isto É envolve o Governador, a TECPAR e especialmente a Organização Não Governamental IBQP - Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade.

Hoje assumo o compromisso de não entrar no mérito da denúncia. Mas podem ter certeza que agora mais do que nunca, vou investigar sem medo de ninguém ... não tenho medo das intimidações sem escrúpulos. Mais uma vez tentaram me desclassificar, denegrir a minha imagem, só aqui na Assembléia, porque daonde eu venho não preciso provar nada, já me conhecem e sabem da minha índole ... Jogaram sujo, tentando desesperadamente esconder o que já está escancarado: corrupção, maracutaías, acertos excusos ...

E agora eu volto na questão da língua portuguesa. Fui acusado de fraude. Fraudar quer dizer prejudicar ou lograr algum benefício por meio de fraude. É o caso de fraudar o fisco e mais especialmente fraudar as urnas.

Num processo político, fraudar: poder ser criar personagens para ganhar eleição, a jogar com as palavras,

a mentir descaradamente ao eleitor e agir como bem sabemos, como agiram nas várias últimas eleições que tivemos no Paraná.

O povo sabe a quem me refiro. Se o meu ato de coletar assinaturas da maioria dos Deputados de uma comissão, que desejam investigar um escândalo, foi crime, se uma assinatura não representa a vontade de um Parlamentar, se a convocação de autoridades, por Deputados, para prestar esclarecimentos é considerada fraude, então não sei que terminologia usar para quem desvia R\$ 20 ou 30 milhões.

Os que se dizem donos do poder estão mais a se servir dele do que a trabalhar pelos interesses coletivos. Eu li na revista Isto É que mais uma vez o Tribunal de Contas do Paraná chega o relho na corrupção. Eu tenho dever de apurar as denúncias, principalmente por estar no posto de Presidente da Comissão de Transportes da Assembléia. Só por isso, já teria, sim, competência para buscar explicações sobre corrupção. Mas não pela primeira vez, o nobre Deputado Romanelli e suas Madalenas me acusam de algo sem fundamento para encobrir e dispersar a investigação, e mandam publicar no site do Governo que eu teria sido flagrado na fraude.

Ora senhores! Somos adultos, homens de responsabilidade. Que vantagem levaria eu ao levantar assinaturas de Deputados que pensam como eu? Este é meu trabalho. Essas assinaturas, senhores e senhores, valem dignidade! Tomadas no plenário, no joelho ou num estapafúrdio formalismo regimental, valem o caráter de cada um dos nobres Deputados que querem esclarecer os fatos com urgência.

Eu quero saber por que V. Exa. Líder do Governo, não comentou o fato denunciado pela IstoÉ. Nada disse sobre a gravidade das acusações. Talvez esteja querendo ganhar tempo até o retorno do seu chefe da viagem internacional à expensas do povo do Paraná.

Mas não se preocupem aqueles que gostam de reuniões e formalismos... Ninguém aqui será fraudado. A reunião da comissão já está marcada para segunda-feira. Mas tremei, adianto que já saímos com a assinatura da maioria dos membros, todas legítimas e serão repetidas, sem dúvida, por quem honra seus compromissos e especialmente sabe o que assina e o que faz. Aos meus eleitores prometi lealdade e é com esse objetivo que todo dia cruzo a porta da Assembléia Legislativa do Paraná. Estou aqui para servir. Mas vou a fundo na denúncia da IstoÉ, que apontam sim, fraudes, e devem ser muito grandes, devem ser escabrosas, para o Governo estar com medo do meu trabalho de fiscalização... Estes sim serão flagrados a cada ato, pois terão em mim e em outros fiéis Parlamentares a vigilância incessante, podem ter certeza.

Encerro apresentando aos senhores uma das tantas notas fiscais que fazem parte de um dossiê que neste momento me reservo no direito de guardar, para no momento oportuno voltar a discutir.

Gosto, isso sim, da verdade. Tenho fome de justiça. E muitas vezes, me perdoem, esqueço o livro de eti-

queta, principalmente quando o banquete da corrupção está posto. O convite está feito a todos: é hora de nos fartarmos da verdade! A mesa foi servida. E os cães começam a latir.”

Adianto que já saímos com assinatura da maioria dos membros. Inclusive, Sr. Líder do Governo, o senhor tem que corrigir lá, o senhor mandou uma notícia, os membros da Comissão de Obras Públicas: Edson Strapasson, Elio Rusch, Ademar Traiano, Duílio Genari, Péricles de Mello e Dobrandino da Silva, que inclusive falou que nunca mais iria participar da Comissão de Obras, e então o suplente é o Deputado Reinhold Stephanes Júnior.

Pois bem, eu vou fazer a reuniãozinha que eles tanto querem. Tudo daquela maneira mais regimental, formal, com ata, com tudo, não há problema, fizemos todas as reuniões da Comissão de Obras desta maneira.

E aos meus eleitores eu queria deixar aqui registrado que eu prometi lealdade e é com este objetivo que todo dia eu cruzo a porta desta Assembléia Legislativa, mas vou a fundo - a denúncia da IstoÉ, que apontam, sim, fraudes, e devem ser muito grandes estas fraudes, devem ser escabrosas, para o Governo estar com medo do meu trabalho de fiscalização. Não existe outra desculpa. Isto é medo do meu trabalho de fiscalização e estes sim serão flagrados a cada ato, pois terão em mim e em outros fiéis Parlamentares a vigilância incessante, podem ter certeza. Eu quero deixar registrado e agradecer, a humildade de dizer muito obrigado aos Deputados Elio Rusch, Ademar Traiano, Duílio Genari, também ao Deputado Antonio Belinati, respeitando o posicionamento dos demais Deputados.

Encerro apresentando aos senhores uma das tantas notas fiscais que fazem parte de um dossiê, está aqui.

Agora, é o seguinte: vai acontecer como aconteceu no começo do ano que tentaram me desclassificar aqui e eu fui a fundo nas contas do Governo em comunicação social, e chegamos à conclusão que existiam irregularidades escabrosas. Pois agora, agora vocês pegaram briga com gente séria de novo, de novo. Eu só queria escutar o Presidente, só queria escutar para saber o que aconteceu, uma denúncia tão grave, um desvio de 20 milhões, eu só queria ouvi-lo, só isto que eu queria, e os demais Deputados, eu tenho certeza, até alguns que me criticaram hoje, estão falando que querem também, por incrível que possa parecer, não é?

Gosto sim da verdade, tenho fome de justiça e muitas vezes, me perdoem, me perdoe Deputado Nelson Justus, eu esqueço o livro da etiqueta, principalmente quando o banquete da corrupção está posto. O convite está feito a todos. É hora de nos fartarmos da verdade. A mesa foi servida. E agora os cães começam a latir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PSB/PR/PRB/PV.

(Declina)

PSDB, com a palavra o Deputado Luiz Malucelli Neto.

Liderança do PSDB: Deputado Luiz Malucelli

O SR. LUIZ MALUCELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu queria cumprimentar a Deputada Beti Pavin pela homenagem que fez ao professor Sérgio e ao setor da educação.

Mas queria deixar o registro deste Deputado para que, Sr. Presidente, Deputado Kielse, que é o homem ligado a Polícia Civil, a Polícia Militar, que esta empresa Centronic, que vimos ontem no jornal das 11, da Rede Globo, uma empresa que os seus seguranças, que fazem segurança em residências, em escolas, mataram o filho do jornalista Vinícius Coelho, de nossa amizade, amigo do Presidente, amigo de vários dos Deputados que aqui estão, um homem que prestou e presta relevantes serviços à imprensa esportiva deste estado, teve o seu filho humilhado, baleado, por seguranças dessa empresa.

Não conheço, Deputado Romanelli, seus proprietários e nem desejo, mas gostaria como Líder do Governo que a Secretaria de Segurança fiscalizasse essa empresa que têm verdadeiros marginais fazendo a segurança, repito, de escolas, hospitais, residências, quando põem um menino de 19 anos para dentro de sua sede, humilham, surram e dão dois tiros no rosto de um menino de 19 anos.

Esta empresa tem que ser fiscalizada por esta Casa, pela Secretaria da Segurança, em especial pelo Secretário Delazari. Nós não podemos, em hipótese alguma, deixar impune uma empresa e não só os seguranças que mataram essa criança, mas os proprietários da empresa têm que ser chamados sim e responder de que forma contratam pessoas para dar segurança ao cidadão paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PMDB, Liderança da Oposição.

(Declina)

Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Quero iniciar o meu pronunciamento dizendo ao Deputado Luiz Malucelli que tenho absoluta solidariedade. Também penso que é um tema extremamente preocupante. As empresas de vigilância, com seguranças armados, é para proteger patrimônio, não é para, de fato, fazer este tipo de comportamento. Então, o recrutamento tem alguma coisa muito errada mesmo. Eu mesmo assisti um episódio recentemente, perto da minha casa, que me preocupou muito, era uma outra empresa, era um outro vigilante, deu tiros num suposto bandido, e eu fiquei muito preocupado com o que vi - vi um despreparo abso-

luto naquele guarda daquela empresa - até comentei com um dos gerentes da empresa que esteve no local.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, retirando os arroubos de valentia do Deputado Marcelo Rangel, é necessário que nós recoliquemos aqui algumas questões.

Primeiro em relação a uma questão que é procedente, que ele fala, tem que reconhecer isto. Mandeí ontem à noite, li no site da Assembléia e também no meu site, que eu imputava a ele de ter cometido o crime de fraudar. Eu não fiz isto aqui no plenário e determinei que o release que foi expedido pela minha assessoria de imprensa fosse imediatamente retificado, que já foi feito, aliás, já foi retirado e retificado, porque a imputação desta conduta foi feita pelo Parlamentar, o Deputado Jocelito o fez, aliás, com fundamento no Regimento, mas eu não o fiz.

Então, quero dizer o seguinte: mandei retificar, porque não fiz e eu sou uma pessoa que assumo tudo o que eu faço. Eu sempre tenho um posicionamento em relação às coisas que faço.

Então, não fiz isto. V. Exa. pode ler as notas taquigráficas e verificar que eu questionei e continuo questionando a forma. O conteúdo, eu quero dizer o seguinte, o conteúdo é necessário que a comissão possa trabalhar e falei a V. Exa. isto ontem. E quero dizer o seguinte, que o nosso Governo não é um Governo que é um mar de corrupção. V. Exa. não foi Deputado aqui nesta Casa no período de Governo do Jaime Lerner e por isso que está descontaminado, inclusive, do período do Jaime Lerner, mas eu vi o primeiro período, Deputado Durval Amaral, do Governo do Jaime Lerner, quando começou o processo de corrupção no Paraná. Agora, no segundo Governo se aprofundou muito. Eu não estava aqui naquela oportunidade, porque o Governo, de fato, de então, usou toda aquela máquina, aquela estrutura na campanha eleitoral contra mim. Eu sei o que foi o peso da máquina, do dinheiro, da corrupção, do dinheiro mal havido, que foi utilizado por Parlamentares que infelizmente fizeram o jogo do Governo e compraram, muitos compraram consciências. Não fui reeleito e fiquei nas minhas atividades privadas, mas foi um período muito bom. Deus sabe o que faz, tem desígnios interessantes que acabam, de fato, dando lições na vida da gente.

Mas eu coloco isto, Sr. Presidente, porque penso que este tema que envolveu ontem a questão do Deputado Marcelo Rangel, eu quero dizer o seguinte, aqui nesta Casa todos têm o livre arbítrio. Ninguém chegou aqui por acaso. Cada Parlamentar que aqui veio, veio pela principal razão que é da democracia do voto, veio respaldado, veio legitimado, e aqui pode exercer o seu livre arbítrio.

Nas comissões, quando questiono, quero aproveitar para deixar bem claro isso, Sr. Presidente, não quero abrir uma nova trincheira de luta num tema, na verdade, na minha avaliação, merece ser investigado sim, merece

ser trabalhado, o que eu penso que esta Casa tem que fazer - aí claro tenho que reconhecer o seu estilo, um estilo de uma pessoa que quer fazer rápido as coisas - nós temos que ter até por conta do processo legislativo, do debate político, temos que respeitar justamente o quê? O formalismo que impõe o nosso Regimento. Porque eu, na condição de Líder do Governo, nós temos as bancadas que são da Base do Governo, que participam da Comissão Permanente de Obras de Comunicação.

Tenho uma relação aqui, dos membros titulares que é diferente da informada inclusive por V. Exa., ou seja, aqui consta o Deputado Luiz Nishimori, como membro titular, se ele foi substituído foi ontem, porque até ontem era ele o membro titular da Comissão de Obras. Não sei se o Deputado Luiz Nishimori foi substituído ou não. Mas, enfim, é claro que a comissão - eu defendo a valorização das comissões permanentes - tem que ter um trabalho, tem que deliberar, tem um tema para ser debatido, de fato tem que ser utilizado, tem que estar fundamentado, tem que se convocar determinada autoridade. Convoque determinada autoridade, preste essas informações. Valoriza-se com isso a Assembléia Legislativa.

Nós devemos fazer isso de forma que o Parlamentar possa, dentro do seu livre arbítrio, exercer na plenitude o seu mandato, com o poder investigativo que tem e, ao mesmo tempo, que nós possamos garantir o contraditório da ampla defesa. Garantir na verdade o devido processo legal que é fundamento da democracia do estado democrático de direito.

Por isso, quando sou um pouco formalista nesse tema, o que ocorre na verdade, que temos que tomar muito cuidado porque senão nós atropelamos o nosso Regimento, o processo de debate que tem que ser absolutamente legitimado por respeitar as leis e uma delas que temos que respeitar é o nosso Regimento Interno.

Em relação ao conteúdo, ele merece, sim, esclarecimento, há questionamentos sobre isso. É um tema que tem que ser debatido. O que estou questionando é a forma, que tem que ser regimental. É esse ponto que eu levantei aqui, ontem. Foi isso que questionei. Foi muito ruim o que aconteceu ontem aqui na Sessão.

Não está aqui conosco hoje o Deputado Elio Rusch, mas ele faltou com o respeito em relação ao Deputado Jocelito. Não podemos ter esse tipo de tratamento em que perdemos o respeito uns pelos outros aqui nesta Casa. É fundamental que hajam divergências. Às vezes, podemos até esquentar, do ponto de vista de uma crítica mais veemente, mas nunca partir para a ofensa ou para uma agressão verbal. Isso não podemos fazer aqui nesta Casa.

Por isso, da mesma forma que estou dizendo que mandei retificar o release que está equivocado, que eu não fiz aquela afirmação, o Deputado Marcelo Rangel faz o correto: convocar a reunião da comissão e deliberar como tem que ser feita, porque não é uma reuniãozinha, é uma reunião importante mesmo. Faz-se a reunião, marca-

se, convoca-se os Parlamentares e tem que assinar que receberam. Lá, a hora estará marcada, o local estará marcado. Com isso, temos a regra muito clara e respeitada. Aí sim, valorizamos o processo legislativo.

Quero parabenizar a Deputada Beti Pavin. As pessoas que vieram aqui, cedo, ser homenageadas, já foram embora. Não podemos falar no tempo próprio, até por conta das inscrições que haviam no Pequeno Expediente. Esses encontros deveriam possibilitar que pudéssemos até expressar isso.

Parabéns, Deputada Beti Pavin, sabemos que o NRE - Norte, da educação, é fundamental numa área que é extremamente carente, que demanda grandes investimentos. Mas V. Exa. que foi uma lutadora para que esse núcleo pudesse ser implantado, ao lado do Deputado Edson Strapasson, que representa muito bem essa região, é fundamental, e penso que esta homenagem, esse registro desses 15 anos foi transformador para a nossa região esse Núcleo Norte da Educação. Quero parabenizar a senhora por essa iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Pela ordem o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só queria dizer ao Deputado Romanelli que quem falou no processo de fraude fui eu durante as discussões e usei o termo fraudar, falsificar, adulterar, que são termos populares e que qualquer bacharel em Direito e qualquer comunicador deve entender. Quando a pessoa que está dirigindo uma comissão não cumpre isso aqui, que chamamos de Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, todos nós temos que cumprir a lei. Outro dia estávamos numa Comissão de Fiscalização e por não ter o quórum necessário se encerrou a Sessão, porque não havia as conformidades com a lei.

Então, não retiro o que eu disse aqui e reitero o que eu disse daqui. Deve ser cumprindo isso aqui porque esse é o nosso Regimento. Essa é a nossa lei, nós fazemos leis nesta Casa, e quando esta Casa faz uma reunião que não existe, é o mesmo que aquela assinatura que ninguém sabia quem fez!

Sr. Presidente, quero reiterar aqui e temos que cumprir todas as nossas formalidades, porque senão não precisa começar a Sessão na hora, ninguém precisa falar mais 5 minutos no Pequeno Expediente, ninguém precisa falar mais no Horário das Lideranças. Tem que ser cumpridas as formalidades.

Quanto à questão se deve ou não investigar, sou à favor que se investigue, sim. Sou à favor das investigações, tem muitas coisas para investigar. Tem muitas pessoas que posam de santinho por aqui e as pessoas não conhecem. Com o passar do tempo as pessoas vão conhecer quem são as pessoas, porque há muitos falsos moralistas aqui, Sr. Presidente, que aos poucos precisam ser mostrados ao povo. Não diferente do que se fala em eleição. Em época de eleição é uma beleza, todo mundo é

santinho. Passou a eleição, todo mundo é bonzinho. Queria deixar esse registro.

Não retiro a palavra que eu fiz em relação ao que eu vi. Estou com um requerimento protocolado nesta Mesa que o Deputado tem o direito de fazer o requerimento e eu assim o fiz, baseado no que determina a lei e o Regimento Interno desta Casa: quero buscar as informações referentes a essa reunião, porque senão daqui uns dias não precisa mais comissão. Alguém decide: eu sou Presidente da comissão, pego a assinatura do suplente, do outro suplente e decido convocar o Papa para vir aqui, por conta própria, sem conversar com os demais. Foge-se da realidade que o Parlamento tem que cumprir a legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito a V. Exa. a colaboração, porque fui paciente com o Deputado Jocelito, V. Exa. entendeu que eu não quero fazer essa polêmica. O Deputado Romanelli acha que agiu com equilíbrio, em que pese, não sei porque a eterna mania de envolver o Governador Jaime Lerner em todos os seus discursos, talvez seja mais um pouco dessa água que ele esteja bebendo.

Quero, Deputado Marcelo, dizer que V. Exa. tem toda a minha solidariedade e devemos evitar, neste plenário, que você traga questões pontuais e regionais para discutir aqui. A Comissão Permanente tem todo o apoio da Mesa Executiva, todo o apoio desta Casa. Ela existe e foi criada pela Mesa para ter a força que tem. A Comissão Permanente tem sim, poderes para convocar quem quer que seja. Claro que tem que haver a reunião e V. Exa. já deixou bem claro e quero crer que podemos virar essa página e tocar adiante.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

Não vou polemizar, mas quero deixar registrado, fiquei extremamente satisfeito com o pronunciamento do Líder do Governo. O senhor falou muito bem, uma pessoa extremamente equilibrada no pronunciamento agora há pouco. Mas infelizmente o leite já foi derramado, porque já saiu no site da Assembléia que eu fraudei documentos e, por incrível que possa parecer, gostaria de pedir à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa para que enviasse um ofício ao Secretário da Comunicação. Ailton Pissetti, que entrou nos veículos de comunicação de Ponta Grossa pela manhã dizendo que sou fraudador, dizendo que eu fraudei documentos porque não cumpri, por uma etapa regimental.

Sou bacharel em Direito, estudei 5 anos direito na minha vida, vou cumprir o Regimento Interno fazendo a reunião, e na verdade o que eu fiz foi um comunicado, ontem, na Assembléia e mais: nunca afirmei que houve reunião. Preciso deixar aqui registrado que todas, praticamente todas, com exceção da CCJ, todas as Comissões da Assembléia Legislativa buscam assinatura do Plenário, inclusive para deliberações.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Me perdoe Deputado! Não é uma regra geral. Não vou polemizar, de maneira nenhuma, e não vou lhe dar a palavra.

(Tumulto em plenário)

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Não é verdade. A nossa comissão não faz isso. Isso é fraude, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ocorre muitas vezes, o que é lamentável, dado muitas vezes à pressa, mas não é uma regra geral. V. Exa. vai reunir a comissão, vai deliberar e não podemos trazer as questões pontuais das comissões para o plenário. V. Exa. é o Presidente da comissão, reúna a comissão e delibere.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Peço à Assembléia que eu preciso de um documento da Comissão Executiva para que eu possa, sim, me defender das acusações levianas a respeito de fraude.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não houve fraude.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

V. Exa. está descumprindo o Regimento Interno da Casa. Nós estamos acabando de levantar aqui que não houve reunião, que foi algo montado neste plenário e o senhor defende e diz ainda que não houve.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Isso não está embutido no Regimento Interno, é uma opinião pessoal do Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

O Sr. Presidente tem que respeitar o Regimento Interno, porque senão não pode ser Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Jocelito, o circo que V.Exa. costuma fazer, não vai fazer aqui dentro!

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 326/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública,

reforços para a segurança pública nos bairros maringense. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de decreto legislativo, de autoria do Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3078, de autoria do Sr. Deputado Elton Welter, constante do expediente, solicitando que seja justificada a ausência do Deputado Tadeu Veneri na Sessão de hoje, 18 de outubro, por encontrar-se participando de reunião do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, como Conselheiro, representando esta Casa de Leis. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 526/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, que propõe que em virtude da junção das Escolas Estaduais Barão do Rio Branco e Padre Anchieta, no município de Inajá, o novo estabelecimento de ensino fica denominado de Colégio Estadual Barão do Rio Branco. **Aprovado. (Publ. no DA nº 084/07, de 17/07/07, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo Estadual a ceder à Prefeitura Municipal de Nova Londrina, imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DA COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emendas - **Aprovadas.**

Projeto - **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Prefeitura Municipal de Sertanópolis, de imóvel, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA

COPTC AO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO.

Emendas - **Aprovadas.**

Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 548/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que denomina Prefeito Anésio Pavan, o trevo localizado no município de Santa Fé, que liga as Rodovias PR-317 e PR-458. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 590/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Conjuntos Diamante Azul e Montes Claros - AUNILESTE, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Está em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 661/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Amigos e Deficientes Visuais de Guaratuba - APADVG, com sede e foro no município de Guaratuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Está em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 684/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública a Associação Casa de Apoio e Restauração Divina - ACARDI, com sede e foro no município de União da Vitória. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda.

Está em discussão. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 029/07, de autoria da Comissão Executiva, que institui o Fundo

Especial de Modernização e Aprimoramento Funcional da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - FEMALP. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação as emendas. **Aprovadas.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública a Sociedade de Organização Social Vida - SOS VIDA, com sede e foro no município de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/07, de 29/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 052/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de utilidade pública estadual a Sociedade de Organização Social Vida - SOS VIDA, com sede e foro no município de Medianeira.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 637/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública o Clube Paranaense de Criadores de Curió, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 101/07, de 29/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 637/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior, declara de utilidade pública o Clube

Paranaense de Criadores de Curió, com sede e foro nesta capital.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, faz-se necessária a inclusão da sigla “CPCC”, prevista no estatuto do clube que se pretende declarar de utilidade pública, por também fazer parte de sua denominação. Ainda, deve ser retirada do artigo 2º do presente projeto, a expressão “revogadas as disposições em contrário”, a fim de não afrontar o disposto no artigo 9º da Lei Complementar nº 095/98, que assim dispõe: *A cláusula de revogação, deverá enumerar expressamente, as leis ou disposições legais revogadas*. Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva geral em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral em anexo.

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 637/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva geral, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Clube Paranaense de Criadores de Curió - CPCC, com sede no município de Curitiba, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 16.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3067, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Infelizmente o autor do requerimento não esteve nem ontem e nem hoje em Plenário, mas de qualquer forma, como parece um requerimento muito específico e querendo saber sobre uma informação muito pontual, vamos encaminhar favoravelmente, porque parece que atende aquilo que é o pressuposto de um bom pedido de informações.

Por isso, encaminhamos favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 3075, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 3076, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3077, de autoria do Deputado Elton Welter, com apoio do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, apenas queria, em nome da Liderança do Governo, associar-me também a esse requerimento feito pela Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque também o conhecia há muitos anos, foi uma pessoa que serviu muito a esta Casa, foi um militante do movimento social, uma pessoa que todos nós temos muito respeito.

Integrou sempre o Partido dos Trabalhadores, mas é uma pessoa que contribui muito e que, no seu tempo, soube ser extremamente universal e mais do que tudo, na visão fraterna da nossa sociedade.

Por isso, quero aqui me solidarizar e dizer que é muito ruim para nós termos perdido essa grande pessoa!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito!

Requerimento nº 3073, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3080, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 590, 661 e 684/07 e do Projeto de Resolução nº 029/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 052 e 637/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 685, 690 e 709/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Diretoria Geral****Portarias****PORTARIA Nº 140/07**

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6997, datado de 11 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, MARIA CELUTA TAVARES, matrícula nº 083, de sessenta (60) dias, a partir de 26 de junho de 2007, CID. X.I.25-1.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30.07.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 141/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob nºs 6994, 6995, 6998 e 6999/07, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a MARIA ELIZABETH G. CAMATI, matrícula nº 40689, licença para acompanhamento do tratamento de saúde de sua filha menor Isabela G. Camati, nos períodos compreendidos entre 10 de maio a 29 de maio de 2007 CID X B 27.9, 30 de maio a 09 de junho de 2007 CID X J 11.1, 29 de junho de 2007 CID X e 02 de julho a 06 de julho de 2007 CID A-049 + B199.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30.07.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 142/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº, datado de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, o servidor deste Poder Legislativo, EDEGAR DOS SANTOS BUQUERA, matrícula nº 485, funcionário efetivo deste Poder Legislativo, ocupante do cargo de Médico, para prestar serviços até 31 de julho de 2008, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30.07.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 201/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9422, datado de 12 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, DOROTI LINHARES, matrícula nº 088, de trinta (30) dias, a partir de 01 de setembro de 2007, CID. X G57.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 203/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 9398, datado de 11 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, EDITH BAUDISCH, matrícula nº 40356, de cento e cinquenta (150) dias, a partir de 11 de setembro de 2007, CID. X F 32.3.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 226/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 9688/07, datado de 18 de setembro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar retificar, na ficha funcional de MARIA LUIZA HUBNER, matrícula nº 40250, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Assistente Admi-

nistrativo, nível NAA-01, a data de sua admissão nesta Casa, de 10 de julho de 1987 para 01 de abril de 1986, data correta, conforme comprova documentação em anexo.

Gabinete da Diretoria Geral, 18.10.07
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 227/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10402, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde à servidora deste Poder Legislativo, LENITA SILVA BARROZO, matrícula nº 40402, de cento e vinte (120) dias, a partir de 03 de outubro de 2007, CID. F 31.6.

Gabinete da Diretoria Geral, 18.10.07
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 228/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10401, datado de 10 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença de quinze (15) dias, a partir de 08 de outubro de 2007, à servidora deste Poder Legislativo, ROSELI DA CRUZ PEREIRA, matrícula nº 40325, para prestar assistência ao Sr. Mozart Pereira.

Gabinete da Diretoria Geral, 18.10.07
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 229/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10190, datado de 03 de outubro de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, na ficha funcional de MARIA SEBASTIANA DE FREITAS, matrícula nº 40333, portadora do RG nº 1.222.251-3/PR e do CPF nº 307.107.319-49, funcionária

do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 1º de março de 1984, exercendo o cargo de Fotógrafa, nível NTC-03, lotada no Foto Jornal, o tempo constante na Certidão do INSS, em que emprestou serviços à Nacional Limpeza e Conservação SC Ltda., por um (01) ano, dez (10) meses e onze (11) dias, período de 21 de dezembro de 1981 a 01 de novembro de 1983, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal; anotar, também, os certificados de Reciclagem em Língua Portuguesa; do Ciclo de Atualização e Aperfeiçoamento Pedagógico; do curso de fotografia; e do curso de operador de telex.

Gabinete da Diretoria Geral, 18.10.07
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Errata:

Estamos republicando a Portaria nº 191/07, pelo fato de ter sido publicada com incorreções, no Diário da Assembléia nº 129/07, de 10/10/07.

PORTARIA Nº 191/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com fulcro no artigo 307 e seguintes da Lei nº 6174/70, e no uso de suas atribuições prevista no artigo 8º do Decreto Legislativo nº 052/84,

R E S O L V E :

- a) instaurar sindicância, visando à apurar os fatos narrados no protocolado sob nº 9183/07, que contém comunicação do Diretor de Pessoal sobre faltas de funcionários;
- b) designar os funcionários, deste Poder, Hestevard Martin, matrícula nº 40059, como Presidente da Comissão de Sindicância, a quem ficam delegados os poderes necessários para tanto, atuando como Secretários José Carlos Pereira Portela, matrícula 574 e como membro, Ruy Carneiro Teixeira Filho, matrícula 40642, assinalando o prazo de quinze (15) dias, improrrogáveis, a partir da data de seu início, para a apresentação de relatório conclusivo, de acordo com o artigo 310 e que deverá responder aos quesitos do artigo 312, da Lei nº 6174/70 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná);
- c) atribuir caráter reservado para apuração das investigações para a preservação dos próprios sindicatos e eventuais servidores envolvidos.

Gabinete da Diretoria Geral, 24.09.07
(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

